



Diego Paes Ehmke

**PRÁTICAS DE AGEISMO: INVESTIGAÇÃO SOBRE O
PRECONCEITO CONTRA O IDOSO ENTRE UNIVERSITÁRIOS**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta – RS, 2020

Diego Paes Ehmke

**PRÁTICAS DE AGEISMO: INVESTIGAÇÃO SOBRE O
PRECONCEITO CONTRA O IDOSO ENTRE UNIVERSITÁRIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Dall’Agnol Bianchi

Cruz Alta – RS, Junho 2020

Universidade de Cruz Alta – Unicruz
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social -
PPGPSDS

**PRÁTICAS DE AGEISMO: INVESTIGAÇÃO SOBRE O
PRECONCEITO CONTRA O IDOSO ENTRE UNIVERSITÁRIOS**

Elaborado por

Diego Paes Ehmke

Como requisito para obtenção do Título de Mestre
em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento
Social.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces (Orientadora)
Universidade de Cruz Alta – Unicruz

Prof.^a Dr.^a Patrícia Dall’Agnol Bianchi (Coorientadora)
Universidade de Cruz Alta – Unicruz

Prof.^a Dr.^a Vaneza Cauduro Peranzoni
Universidade de Cruz Alta – Unicruz

Prof.^a Dr.^a Carolina Böettge Rosa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Cruz Alta – RS, ____ de _____ de _____

Dedico esta dissertação aos ninguéns,
aos pais de ninguéns,
aos filhos de ninguéns,
irmãos de ninguéns,
avós de ninguéns.
A todos os ninguéns.
Todos aqueles que, devido às adversidades da vida,
Nunca chegaram a ser alguém.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Aos meus pais pela criação.

As minhas tias Rosecler e Marisa pelo apoio durante a infância.

A minha orientadora e amiga, uma pessoa excepcional, por todas as oportunidades que me destes durante minha trajetória acadêmica. Não teria chegado até aqui sem a sua ajuda. Obrigado pela paciência e compreensão, mesmo com os prazos atrasados. E, obrigado principalmente, por não desistir de mim, quando eu mesmo já havia desistido.

Aos amigos Rômulo e Pâmela, por todo o tempo que passamos juntos durante o desenvolvimento do projeto, bem como pelo auxílio na coleta dos dados.

A Universidade de Cruz Alta, pela oportunidade em ingressar e dar segmento aos meus estudos, sempre dispondo de uma ótima estrutura física e colaboradores competentes, em especial, os da Pós-Graduação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, que me permitiram expandir minha visão de mundo, compreendendo a vida e os seres humanos sob uma nova perspectiva, a humana.

A Banca, professoras Vaneza e Carolina, e a minha coorientadora, professora Patrícia, pelas excelentes contribuições à essa dissertação.

A CAPES, pela Bolsa de Mestrado concedida, que possibilitou o desenvolvimento deste estudo.

Ao meu grande amigo e irmão, Guilherme, pelos sonhos que sonhamos e a possibilidade de um dia realizá-los.

E, acima de tudo, a minha esposa, pelo carinho, paciência, compreensão, apoio e, sobretudo, companheirismo durante esta árdua jornada. Obrigado pelo simples fato de você existir e ser exatamente do jeito que és!

Enfim, agradeço a todos os envolvidos nessa caminhada!

“Nãõ tente.”
(Charles Bukowski)

RESUMO

PRÁTICAS DE AGEISMO: INVESTIGAÇÃO SOBRE O PRECONCEITO CONTRA O IDOSO ENTRE UNIVERSITÁRIOS

Autor: Diego Paes Ehmke

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

O objetivo desta pesquisa foi investigar comportamentos e atitudes dos acadêmicos dos cursos de graduação da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), que evidenciem preconceito ou não em relação a pessoa idosa. Para a efetivação da pesquisa, propomos a hipótese de que o preconceito contra o idoso, embora que na maioria das vezes sutil e mascarado, está presente entre os acadêmicos da Universidade, sobretudo entre os mais jovens. Para tanto, utilizamos a Metodologia Qualiquantitativa, por meio do desenvolvimento de um Estudo de Caso no contexto da UNICRUZ, que possuía 2.374 acadêmicos matriculados no ano de 2019, distribuídos em 20 Cursos de Graduação. Nossa amostra foi composta por 30% desta população, ou seja, 712 discentes, sendo 54% destes do sexo feminino e apresentando maior média de idade de 15 e 24 anos (90%). Os instrumentos utilizados nesta pesquisa, foram a Escala de Relação com Pessoa Idosa, a Escala Fraboni de Idadismo e a Escala sobre Ageismo no Contexto Organizacional, selecionados objetivando que, através de suas respostas, fosse possível evidenciar a existência ou não do preconceito, ainda que sutil e mascarado dentre os participantes. Os dados obtidos foram tabulados no *software* estatístico SPSS e, analisados através da Análise Crítico-Interpretativa de Dados. Os principais resultados indicaram que 8% dos participantes afirmaram evitar fazer contato com pessoas idosas; 15,5% dos acadêmicos não concordaram que os idosos merecem os mesmos direitos e liberdades, igualmente garantidas a todos os membros da sociedade; 17,4% concordaram que suicídio de jovens é mais trágico que o suicídio de idosos; e, 39,8% não discordaram da possibilidade de um indivíduo ser impedido de renovar sua Carteira Nacional de Habilitação. Também identificamos comportamentos ageistas positivos, os quais são apontados na literatura como sendo os mais difíceis de serem identificados e combatidos, uma vez que estão implícitos na sociedade, arraigados culturalmente na forma de cortesia e boas maneiras sociais, como demonstrado quando 42,7% dos participantes afirmaram frequentemente falar alto ou devagar com pessoas idosas por conta de suas idades, e, 59% referiram usar vocabulário simples ao conversar com pessoas idosas. Percebemos a partir da análise dos dados que, embora se apresente na maioria das vezes de forma sutil e mascarada, há sim o preconceito contra o idoso no âmbito da universidade, corroborando com nossa hipótese. Portanto, é necessário cada vez mais o desenvolvimento de ações e estratégias que visem a construção de uma cultura de paz e convivência intergeracional pacífica em nosso meio, através do desenvolvimento de atividades em conjunto com os cursos de graduação da UNICRUZ, buscando realizar palestras, oficinas, cine-debates e dentre diversas outras atividades que venham contribuir para que a intergeracionalidade se torne uma realidade no âmbito da UNICRUZ, para que o idoso venha a ocupar cada vez mais os espaços que lhe são garantidos por direitos e que, principalmente, a sociedade venha reconhecê-lo como parte cada vez mais fundamental e indispensável de sua composição, como justiça social. Propomos, ainda, a criação de uma cartilha (um guia), a ser desenvolvido pelo LEPSI e pelo LDH, ligados ao PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ, que trate acerca dos direitos da pessoa idosa, da convivência pacífica entre as diferentes gerações, resultando assim, no desenvolvimento de uma cultura da paz no âmbito universitário e, estendendo-se à toda a sociedade.

Palavras-chave: Envelhecimento. Idoso. Ageismo. Intergeracionalidade.

ABSTRACT

AGEISM PRACTICES: RESEARCH ON PREJUDICE AGAINST ELDERLY AMONG UNIVERSITY STUDENTS

Author: Diego Paes Ehmke

Advisor: Prof.^a Dr.^a. Solange Beatriz Billig Garces

The objective of this research was to investigate the behaviors and attitudes of students of undergraduate courses at the University of Cruz Alta (UNICRUZ), which show prejudice or not towards the elderly. To carry out the research, we propose the hypothesis that prejudice against the elderly, although in most cases subtle and masked, is present among academics at the University, especially among the youngest. For this, we used the Qualitative and Quantitative Methodology, through the development of a Case Study in the context of UNICRUZ, which had 2,374 students enrolled in 2019, distributed in 20 Undergraduate Courses. Our sample consisted of 30% of this population, that is, 712 students, 54% of whom were female and had a higher average age of 15 and 24 years (90%). The instruments used in this research were the Scale Relating to Older People Evaluation, the Fraboni Scale of Age and the Scale on Ageism in the Organizational Context, selected aiming that, through their answers, it was possible to show the existence or not of prejudice, albeit subtle and masked among the participants. The data obtained were tabulated in the statistical software SPSS and analyzed using Critical-Interpretative Data Analysis. The main results indicated that 8% of the participants stated that they avoid making contact with elderly people; 15.5% of academics did not agree that the elderly deserve the same rights and freedoms, equally guaranteed to all members of society; 17.4% agreed that youth suicide is more tragic than elderly suicide; and, 39.8% did not disagree with the possibility of an individual being prevented from renewing their National Driver's License. We also identified positive age-based behaviors, which are identified in the literature as being the most difficult to be identified and combated, since they are implicit in society, culturally rooted in the form of courtesy and good social manners, as demonstrated when 42.7% of Participants frequently said to speak loudly or slowly to elderly people because of their age, and 59% reported using simple vocabulary when talking to elderly people. We realized from the analysis of the data that, although it is presented most often in a subtle and masked way, there is rather prejudice against the elderly within the university, corroborating our hypothesis. Therefore, it is increasingly necessary to develop actions and strategies aimed at building a culture of peace and peaceful intergenerational coexistence in our environment, through the development of activities in conjunction with UNICRUZ undergraduate courses, seeking to hold lectures, workshops, cine-debates and among several other activities that will contribute so that intergenerationality becomes a reality within UNICRUZ, so that the elderly will increasingly occupy the spaces that are guaranteed by rights and that, mainly, society come to recognize it as an increasingly fundamental and indispensable part of its composition, as social justice. We also propose the creation of a booklet (a guide), to be developed by LEPSI and LDH, linked to the PPG in Sociocultural Practices and Social Development of UNICRUZ, which deals with the rights of the elderly, of peaceful coexistence between the different generations, thus resulting in the development of a culture of peace at the university level and, extending to the whole of society.

Keywords: Aging. Old man. Ageism. Intergenerationality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução da Pirâmide Etária do Brasil ao longo dos anos – 1940 a 1980.....	31
Figura 2 - Evolução da Pirâmide Etária do Brasil ao longo dos anos – 2018 a 2060.....	32
Figura 3 - Pirâmide Etária do Município de Cruz Alta – ano de 1991	34
Figura 4 - Pirâmide Etária do Município de Cruz Alta – ano de 2000.....	34
Figura 5 - Pirâmide Etária do município de Cruz Alta – ano de 2010	34
Figura 6 - Taxa de Envelhecimento de Cruz Alta/RS – 1991 a 2017.....	35
Figura 7 - Distribuição da pirâmide etária do Brasil em 2010	38
Figura 8 - Distribuição da pirâmide etária do Rio Grande do Sul em 2010	39
Figura 9 - Distribuição da pirâmide etária do Município de Cruz Alta em 2010.....	40
Figura 10 - Taxa de ocupação dos jovens do país em 2010	41
Quadro 1 - Distribuição do número de alunos por curso.....	20
Quadro 2 - Distribuição da amostra da pesquisa	23
Quadro 3 - Níveis de preconceito da Escala Fraboni de Idadismo.....	26
Quadro 4 – Dimensões da Escala de Ageismo no Contexto Organizacional.....	27
Quadro 5 - População total do Município de Cruz Alta por gênero – Rural e Urbana	32
Quadro 6 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade do Município de Cruz Alta	33
Quadro 7 - Estrutura etária da população de Cruz Alta.....	33
Quadro 8 - Características da linguagem infantilizada direcionada aos idosos	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição por gênero dos Participantes da Pesquisa	56
Tabela 2 - Faixa etária dos Participantes da Pesquisa	56
Tabela 3 - Resultados da Escala ROPE Positiva	57
Tabela 4 - Resultados da Escala ROPE Negativa	58
Tabela 5 - Resultados da Escala Fraboni de Idadismo	59
Tabela 6 - Resultados da EACO: Dimensão negativa.....	61
Tabela 7 - Resultados da EACO: Dimensão positiva.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
COMID	Conselho Municipal do Idoso
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
Escala FSA	Escala Fraboni de Ageismo
Escala ROPE	Escala de Relação com Pessoa Idosa
GIEEH	Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES	Instituição Comunitária de Educação Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
LEPSI	Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares
LDH	Laboratório de Desenvolvimento Humano
NAEP	Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor
NAIU	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ
NAPDH	Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNI	Política Nacional do Idoso
PPG	Programa de Pós-Graduação
PROBIN	Programa de Bolsas Institucionais
RS	Rio Grande do Sul
SPSS	Pacote Estatístico para as Ciências Sociais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.1 Objetivos.....	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos	15
2 CAPÍTULO II - CAMINHO METODOLÓGICO.....	16
2.1 Processo Epistemológico	16
2.2 Processo Metodológico	17
2.2.1 Abordagem e Tipo de Pesquisa	17
2.2.2 Contexto e Realização da Pesquisa	20
2.2.3 População e Amostra da Pesquisa	20
2.2.4 Instrumentos e Procedimentos de Pesquisa.....	23
2.2.5 Análise e Interpretação dos Dados	28
2.2.6 Cuidados Éticos	28
3 CAPÍTULO III - ENVELHECIMENTO HUMANO NA ATUAL SOCIEDADE BRASILEIRA	30
4 CAPÍTULO IV - A JUVENTUDE E SUAS CARACTERÍSTICAS	37
5 CAPÍTULO V - O AGEISMO: UMA PRÁTICA SOCIOCULTURAL HISTÓRICA CONDENATÓRIA	42
5.1 A Intergeracionalidade: uma convivência necessária no Brasil.....	42
5.2 Direitos Humanos e Intergeracionalidade.....	44
6 CAPÍTULO VI - PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA PARA A PROMOÇÃO DA INTERGERACIONALIDADE – ARTIGO CIENTÍFICO.....	47
7 CAPÍTULO VII - COMPORTAMENTOS E ATITUDES DOS ACADÊMICOS EM RELAÇÃO AOS IDOSOS E SUA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE	56
7.1 Descrição dos Resultados	56
7.1.1 Perfil dos Participantes da Pesquisa	56
7.1.2 Escala de Relação com a Pessoa Idosa ROPE.....	57
7.1.3 Escala Fraboni de Idadismo.....	58
7.1.4 Escala Sobre Ageismo no contexto Organizacional - EACO	61
7.2 Discussão dos Resultados	63
7.2.1 Perfil dos Participantes da Pesquisa	63
7.2.2 Escala de Relação com a Pessoa Idosa (ROPE).....	64
7.2.3 Escala Fraboni de Idadismo.....	68
7.2.4 Escala Sobre Ageismo no contexto Organizacional - EACO	73
8 CAPÍTULO VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS	91
APÊNDICES	95

1 CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial que vem se intensificando nas últimas décadas. Todavia, no Brasil essa realidade é recente e está ocorrendo de uma forma acelerada. Dentre as inúmeras transformações decorrentes desse fenômeno, podemos destacar o aumento do preconceito em relação ao idoso, pois o mesmo passou a ocupar lugares na sociedade dos quais não fazia parte (BORGES; CAMPOS; SILVA., 2015).

A este tipo de preconceito, Butler (1969), denomina de *ageism*, que, embora traduzido para nosso idioma na forma de ageísmo, ainda não há um consenso nacional no uso da terminologia, onde também podem ser encontrados os termos de idadismo ou ancianismo.

Ageísmo então, pode ser compreendido como a estereotipação ou até mesmo a exclusão social de um indivíduo baseada em sua idade. Por outro lado, a intergeracionalidade pode ser compreendida como sendo não apenas a coexistência entre duas ou mais gerações em um mesmo período de tempo, mas o convívio pacífico entre estas, baseado em respeito e solidariedade entre ambas as partes, idosos e não idosos (NERI, 2005).

Em razão disso, a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), desde os anos de 1990, insere a temática do envelhecimento em suas ações. Em 1999, a UNICRUZ participou da criação do Conselho Municipal do Idoso (COMID), onde até hoje possui representação e atuação efetiva no mesmo. No ano 2000, na UNICRUZ constituiu-se o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano - GIEEH, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que sempre teve como objetivo ser o ponto de convergência na Instituição de Ensino Superior (IES) para a discussão de todas as temáticas pertinentes ao envelhecimento (UNICRUZ, 2018).

Como temática que envolve grupos minoritários e muitas vezes vulneráveis, entendemos o envelhecimento também como conteúdo que precisa perpassar os Direitos Humanos, afinal, envelhecer com dignidade e qualidade de vida é um Direito Humano. Por isso, essa temática também é uma linha de pesquisa, a qual está incluída no Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos (NAPDH) da UNICRUZ e que se desenvolve por meio do Fórum Permanente de Direitos Humanos, o qual foi instituído no ano de 2012. O NAPDH, com caráter interdisciplinar, atua de forma coletiva, por meio de sua comunidade acadêmica e com

a participação da comunidade externa, visando a garantia dos direitos fundamentais de todo ser humano (UNICRUZ, 2018).

Desta forma, entendemos que a Universidade é um dos espaços institucionais que se constitui como a arena atual que possibilita a convivência de diferentes gerações, assim, compreendemos que os resultados dessa pesquisa contribuirão para institucionalizar ações educativas em Direitos Humanos e Diversidades e, mais especificamente, em um dos eixos previstos no NAPDH da UNICRUZ (Diversidade Geracional), além de contribuir para a efetivação de ações previstas no Planejamento Institucional do Pacto de Direitos Humanos, do qual a UNICRUZ fez adesão (mas que de forma abrupta foi retirada como política pública pelo atual governo, ainda em 2019).

Portanto, a UNICRUZ, como uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), concretizada a partir da Lei nº 12.881 de 12/11/2013 e que conta com cerca de 2400 alunos distribuídos em 20 cursos de Graduação e Pós-graduação *Lato e Stricto sensu*, é o “universo” ideal para que essa integração de gerações baseada em respeito, solidariedade e afeto se concretize. Contudo, é preciso tornar realidade essa convivência intergeracional, possibilitando por meio de ações, espaços que possam ser experienciados por diversas gerações, inclusive pelos idosos, para que preconceitos e discriminações sejam derrubados.

Nisto, é importante destacar que o presente estudo se justifica por questões pessoais, intimamente relacionadas com o interesse do proponente nesta área de estudo, em virtude de considerar a população idosa tão carente de ações que favoreçam sua interação com as gerações mais novas, resultando, assim, em um convívio intergeracional pacífico.

Além disso, desde o início da graduação em Enfermagem, este pesquisador realizou diversas atividades relacionadas ao público idoso, participando de oficinas de inclusão social, além de programas na rádio da comunidade local, com o objetivo de difundir conhecimentos acerca de temáticas envolvendo o envelhecimento, sobretudo, os direitos da pessoa idosa.

Isto porque, o rápido e acelerado aumento do número de idosos em nosso país, ocasionou uma série de transformações na estrutura de nossa sociedade, esta caracterizada por ser extremamente capitalista e, portanto, que só valoriza o que é novo, produtivo e forte, descartando tudo aquilo que é considerado “velho” e improdutivo.

Assim, podemos perceber através de diversos estudos (NERI, 2000; CHERRY; PALMORE, 2008; FRABONI; SALSTONE; HUGHES, 1990; CAMARANO; KANSO, 2010; FRANÇA *et al.*, 2017; FERREIRA; TEIXEIRA, 2014; VICTOR *et al.*, 2019; SOUSA, 2011; MOTTA, 2010; MINAYO, 2013, SOARES, 2014; VIEIRA, 2018; CRONIN; BROOKE, 2019; LUNA, 2010, entre outros), que há a necessidade de (re)inclusão social dos

idosos, em todos os segmentos da sociedade, entretanto, dentre os mais diversos empecilhos para que tal fato se concretize, o principal destes é o preconceito com relação ao idoso e os estereótipos existentes em torno da idade e que alimentam a discriminação às pessoas desta faixa etária.

Cruz Alta, uma cidade do interior do Rio Grande do Sul (RS), localizada na Região Noroeste, possui em torno de 60 mil habitantes e quase 13% da sua população se constitui de pessoas com mais de 60 anos (IBGE, 2020). Ao mesmo tempo, entende-se como responsabilidade social da Universidade, como um espaço para que a população idosa usufrua do ambiente acadêmico e da convivência intergeracional.

Esta proposta vem ao encontro da Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea, a qual tem o objetivo de fazer a discussão teórica das práticas de intervenção que envolvem diferentes fases da formação e desenvolvimento humano, numa abordagem ética e cidadã que perpassa os ciclos da vida. Portanto, a relevância dessa discussão justifica-se pela necessidade de formação profissional de agentes sociais qualificados ao exercício de práticas socioculturais essenciais às transformações da sociedade atual, de forma que a convivência intergeracional torne-se uma realidade e que preconceitos e discriminações sejam derrubados e/ou evitados. Além disso, formar profissionais com qualidade, mas também com respeito ao próximo independente da sua idade.

Destarte, considerando a contextualização acima, para a condução desta pesquisa levantou-se como questão norteadora o seguinte problema de pesquisa:

- Quais comportamentos e atitudes dos acadêmicos dos cursos de graduação da UNICRUZ refletem em preconceitos para com os idosos?

E, para a efetivação da pesquisa, propomos como hipótese: “o preconceito contra o idoso, embora que na maioria das vezes sutil e mascarado, está presente entre os acadêmicos da Universidade, sobretudo entre os mais jovens.”

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

- Investigar comportamentos e atitudes dos acadêmicos dos cursos de graduação da UNICRUZ, por meio de instrumentos específicos, os quais evidenciam (ou não) o preconceito em relação à pessoa idosa.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Refletir acerca do processo de envelhecimento na atual sociedade brasileira, buscando evidenciar o ageísmo como uma prática sociocultural histórica condenatória;
- Investigar entre os acadêmicos da Universidade de Cruz Alta, atitudes e preconceitos em relação ao envelhecimento;
- Identificar aspectos relacionais entre diferentes gerações matriculadas na UNICRUZ;
- Verificar junto ao GIEEH - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano, do NAEP - Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor, do NAPDH - Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos, do NAIU – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ, do LEPSI - Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares da UNICRUZ e do LDH - Laboratório de Desenvolvimento Humano, ações e práticas que são realizadas ou possíveis de serem realizadas visando proporcionar a convivência intergeracional no meio acadêmico da Universidade; e
- Sugerir ações e atitudes no meio acadêmico que gerem uma cultura de paz e convivência intergeracional pacífica na UNICRUZ, especialmente entre os acadêmicos dos cursos de graduação e as pessoas idosas.

Assim, neste primeiro capítulo apresentamos a questão norteadora, a hipótese, a justificativa do estudo e os objetivos. No segundo capítulo, tratamos da Epistemologia e da Metodologia da Pesquisa. No terceiro capítulo, discutimos o envelhecimento humano na atual sociedade brasileira. No quarto capítulo, discorremos sobre a juventude e suas características. No quinto capítulo, levantamos uma discussão sobre o ageísmo enquanto uma prática sociocultural condenatória. No sexto capítulo, apresentamos o Artigo Científico publicado na Revista REVINT, intitulado: principais ações desenvolvidas pela Universidade de Cruz Alta para a promoção da intergeracionalidade, oriundo desta pesquisa juntamente com o projeto guarda-chuva ao qual está vinculada. No sétimo capítulo, intitulado de “Comportamentos e atitudes dos acadêmicos em relação aos idosos e sua inclusão na Universidade”, realizamos uma análise dos dados obtidos com a aplicação dos instrumentos e finalizamos a dissertação com o oitavo capítulo - Considerações Finais, além da apresentação das referências utilizadas e os documentos em anexos e em apêndices, os quais foram usados para compor a pesquisa. Esperamos, assim, trazer uma reflexão, mesmo que ainda incipiente, a qual possa contribuir com o incremento à pesquisa na área do envelhecimento humano e do convívio pacífico entre as gerações.

2 CAPÍTULO II - CAMINHO METODOLÓGICO

2.1 Processo Epistemológico

Toda pesquisa social conta com a presença de “aspectos filosóficos subjacentes”, conforme referenda Baquero (2009, p. 17). E estes aspectos se resumem na ontologia do pesquisador, ou seja, como ele concebe a realidade que o circunda (o ponto de vista do pesquisador).

Por outro lado, há também na pesquisa um componente epistemológico. Na definição mais literal do termo, epistemologia significa, na visão de Gamboa (2014, p. 249):

Epistemologia vem da composição grega *episteme* (conhecimento) e *logos*, (razão, explicação) significando o estudo da natureza do conhecimento, a sua justificação e seus limites. Essas três dimensões são representadas pelas controvérsias filosóficas acerca da possibilidade, das fontes, da essência e dos critérios de validade de um conhecimento sistemático (*Episteme*) que por ter o imperativo de explicar e justificar os métodos ou os caminhos e formas de elaboração dos seus resultados, se diferencia dos saberes fundados nas tradições e senso comum (*Doxa*) e na razão mítica e nas religiões (*Mitos*).

Para Baquero (2009, p. 20) “a epistemologia nada mais é do que a lógica de uma ciência [...] um conjunto ordenado de proposições a respeito de um mesmo objeto”. Ou seja, trata-se da sistematização científica que direciona o que e como podemos saber sobre determinado assunto.

E esta sistematização da ciência está na teoria científica que vai dar sustentação lógica às proposições que a compõem. Portanto, nesta pesquisa, a epistemologia que a embasará tem como conceitos-chave a Ecologia dos Saberes, onde Santos (2018), a definiu partindo do pressuposto de que inexistente uma epistemologia geral, ou seja, uma epistemologia capaz de englobar toda a pluralidade existente nas práticas científicas, além do fato de nos fazer refletir acerca do limiar entre o que é considerado um saber científico ou saber não científico.

Para o autor, ao longo dos séculos a humanidade apresentou uma gigantesca variedade epistêmica, não havendo possibilidade de existir um conhecimento puro, tampouco completo, mas uma constelação de conhecimentos.

A esta pluralidade de conhecimentos, o autor definiu como Ecologia de Saberes, tal qual o ecossistema define a pluralidade de seres vivos que vivem/convivem dentro de um mesmo ambiente. Assim, ecologia dos saberes se configura como sendo um conjunto de epistemologias que parte exatamente da possibilidade da existência de uma diversidade de saberes e que nenhum destes é capaz de se bastar, sempre haverá a necessidade de um saber complementar o outro (SANTOS, 2018).

Destarte, os aspectos ontológicos, conforme refere Baquero (2009), que norteiam a perspectiva inicial para a realização deste estudo junto aos sujeitos participantes, apontam pressupostos que indicam que o idoso, na atual sociedade brasileira, é vítima de preconceitos decorrentes de estereótipos sobre o envelhecimento, bem como a valorização de uma cultura capitalista, juvenil e produtiva.

Logo, o caminho epistemológico deste estudo propõe discutir acerca da existência (ou não) de preconceitos sutil e flagrante direcionados ao idoso (e que se acha explícito ou implícito no senso comum, ou seja, na fala ou ações cotidianas das pessoas em seu convívio diário), como uma prática social no universo acadêmico, a partir do referencial teórico e da averiguação quali-quantitativa.

2.2 Processo Metodológico

2.2.1 Abordagem e Tipo de Pesquisa

Para Chizzotti (2014), a pesquisa científica possui como principal característica, o esforço sistemático de compreender, ou ao menos explicar, os resultados obtidos, através da utilização de critérios claros e explícitos, baseados em método, teoria e linguagem apropriados, para que, eventualmente, venham nortear a natureza ou até mesmo as atividades do homem.

Porém, há na pesquisa científica, uma dicotomia entre os tipos de abordagem quantitativa e qualitativa, sendo o principal motivo para isto, apontado por Gamboa (2009), a carência de publicações que melhor aprofundem esta questão.

Vale lembrar que a realidade é multifacetada, podendo ser interpretada e descrita sob distintas perspectivas. Thiollent (1984), destaca que o fato social é composto de elementos que podem ser descritos, tanto em termos qualitativos, quanto quantitativos. O autor ainda enfatiza que “a discussão qualidade *versus* quantidade corresponde muitas vezes a um

problema mal colocado que, no fundo, está ligado às características dos pesquisadores” (THIOLLENT, 1984, p. 46),

Portanto, o centro da distinção entre pesquisas quantitativas e qualitativas, está na dicotomia número-palavras, em que a quantidade é uma tradução, diretamente atribuída à grandeza que determinado fenômeno se apresenta e, a qualidade, a relação que este fenômeno possui com a realidade na qual está inserido, produzindo assim, um significado (GATTI, 2013; CRESWELL; CLARK, 2012).

Nisto, Minayo e Sanches (1993), esclarecem que não concordam com a perspectiva de simples integração entre ambos tipos de abordagem, mas sim, na complementaridade destas, de acordo com as peculiaridades do objeto de pesquisa. As autoras afirmam que:

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Brüggemann e Parpinelli (2008), complementam que a relação existente entre as abordagens “[...] quantitativa (objetividade) e a qualitativa (subjetividade) não pode ser compreendida como de oposição, como também não se reduz a uma continuação. As duas realidades permitem que as relações sociais possam ser analisadas nos seus diferentes aspectos” (BRÜGGEMANN; PARPINELLI, 2008, p. 564).

Nesse sentido, a partir da compreensão de que não há oposição entre quantidade e qualidade, e de que estas não são antagônicas, uma crescente linha de estudiosos tem se posicionado a favor de diferentes combinações de metodologias, com as seguintes nomenclaturas: pesquisa quantiquantitativa ou qualiquantitativa, métodos mistos, métodos múltiplos e estudos triangulados. Porém, apesar de diferentes nomeações, compartilham como propósito central a integração metodológica (FLICK, 2017; BOGDAN; BIKLEIN, 2002).

Este tipo de abordagem possibilita diferentes olhares do problema investigado, justamente por combinar dados qualitativos e quantitativos, o que segundo Flick (2017), proporciona maior credibilidade e legitimidade aos resultados obtidos, evitando o reducionismo à apenas uma opção (quantitativa ou qualitativa).

Essa pesquisa, a qual trata esta dissertação, adquiriu uma característica de pesquisa qualiquantitativa, de acordo com sua tipologia voltada para as ciências sociais. Creswell e Clark (2012), definem o desenho metodológico para este tipo de abordagem mista ou de

triangulação, o qual objetiva comparar e contrastar dados estatísticos com dados qualitativos obtidos simultaneamente.

Buscando traduzir essa acepção de pesquisa qualiquantitativa, optamos pelo método de Estudo de Caso, que “[...] é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2019, p. 57-58). O autor ainda considera que o estudo de caso está sendo cada vez mais utilizado no âmbito da pesquisa social em virtude de seus propósitos, ou seja, através desse método é possível explorar situações da vida real, bem como descrever a condição do contexto em que está sendo feita a investigação, além de explicar diferentes variáveis de um fenômeno complexo.

Yin (2014), define o processo ocorrido durante o estudo de caso, como a coleta sistêmica de informações acerca de um objeto de estudo em particular, quer seja este uma pessoa, uma família, uma atividade, um evento ou, ainda, um conjunto de relações sociais, com os objetivos de: melhor compreender um contexto real; auxiliar na tomada de decisões; justificar determinadas intervenções; e/ou, até mesmo, esclarecer o porquê estas decisões foram tomadas e quais os resultados de todo esse processo.

Desta forma, Yin (2014), enfatiza que dentre as características mais marcantes do estudo de caso, está o aprofundamento em uma determinada situação da vida real que vise à compreensão de sua complexidade. Entretanto, o autor afirma que “[...] um estudo de caso não precisa conter uma interpretação completa ou acurada; em vez disso, seu propósito é estabelecer uma estrutura de discussão e debate” (YIN, 2014, p. 20).

Logo, a difusão cada vez maior dos estudos de caso está na capacidade de, através deste método de pesquisa, aprofundar o tema de estudo em diferentes nuances, considerando a complexidade do ser humano e de suas relações.

Assim, a análise dos dados obtidos através da aplicação deste estudo de caso na UNICRUZ, forneceu informações para que fosse possível discorrer acerca da questão norteadora desta pesquisa, por meio do conhecimento da existência (ou não) do preconceito direcionado ao idoso no âmbito universitário, mesmo que este se apresente muitas vezes de forma sutil e mascarada.

Estruturamos esta pesquisa no modelo de estudo de caso proposto por Yin, a partir da triangulação entre: “levantamento - descobertas - conclusões” (YIN, 2014, p. 122). O autor assegura, que o estudo de caso não precisa ficar limitado a uma única fonte de evidências,

pelo contrário, quanto maior a variedade de fontes utilizadas, melhor será o desenvolvimento do estudo.

Para a presente pesquisa, utilizamos três instrumentos para a coleta dos dados, justificado pelo fato de esta proposta estar relacionada a um projeto de pesquisa guarda-chuva já concluído na Universidade de Cruz Alta, por meio do GIEEH, intitulada: “Convivência Intergeracional na Universidade: mudando atitudes e diminuindo preconceitos”, aprovada no Edital nº 30/2018 do PIBIC/CNPq/UNICRUZ, sob coordenação da professora orientadora dessa dissertação.

Para esta dissertação, a amostra de pesquisa se constitui exclusivamente pelos acadêmicos dos cursos de graduação da UNICRUZ, enquanto que no projeto guarda-chuva, a amostra é composta por colaboradores e professores da referida IES, além de idosos que participam do Projeto de Extensão Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), portanto, os dados desta pesquisa complementarão a anterior.

2.2.2 Contexto de Realização da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no contexto da Universidade de Cruz Alta, entre os acadêmicos dos Cursos de Graduação mediante anuência da Presidente da Fundação Universidade de Cruz Alta (Carta de Autorização - APÊNDICE A).

2.2.3 População e Amostra de Pesquisa

A Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, contava em 2019, com 2.374 alunos, distribuídos em 20 cursos de Graduação, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Distribuição do número de alunos por curso

CURSO	TOTAL DE ALUNOS
Administração	122
Agronomia	401
Arquitetura e Urbanismo	142
Biomedicina	78
Ciência da Computação	54
Ciências Contábeis	93
Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética	82
Direito	401
Educação Física	40
Educação Física – Bacharelado	48

Educação Física – Licenciatura	16
Enfermagem	103
Engenharia Ambiental e Sanitária	13
Engenharia Civil	92
Engenharia de Produção	54
Farmácia	83
Fisioterapia	115
Jornalismo	49
Medicina Veterinária	285
Pedagogia	103
Total Geral	2.374

Fonte: UNICRUZ, 2019.

Minayo (2017), discorre que o tema envolvendo o tamanho da amostragem, o qual é muitas vezes ignorado pelos pesquisadores, é realmente de grande importância, uma vez que a ele está vinculada a credibilidade metodológica de toda uma investigação. Para tratar desse tema, a autora aborda acerca da representatividade da enunciação individual para o coletivo e que este deva estar vinculada à dimensão do objeto. Em outro estudo, Minayo (2015), destaca que a extensão do objeto e a complexidade do estudo são os fatores que devem orientar a escolha do tamanho da amostra.

Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 20), colocam que, se por um lado, em pesquisas qualitativas: “A desnecessária representatividade estatística é um dos motivos pelos quais as amostras qualitativas são menores do que as necessárias nos estudos quantitativos,” por outro lado há “[...] necessidade de ‘fechamento’ amostral” e isso “[...] exige do pesquisador a explicitação dos critérios para interromper a seleção de casos novos, tornando-os inteligíveis aos futuros leitores dos relatórios e norteadores do andamento prático dos procedimentos de captação.”

Compreende-se assim, que nas pesquisas qualitativas o desejo do pesquisador consiste em “[...] abordar o objeto de estudo da maneira mais extensa possível (mais generalizável possível) e, ao mesmo tempo, da maneira mais profunda possível (mais próxima possível da verdade sobre o objeto pesquisado)” (SOUTO; KORKISCHKO, 2012, p. 34).

De acordo com Glaser e Strauss (2016), muito se usa em pesquisas qualitativas a amostra por saturação, o que segundo os autores se refere ao momento durante a pesquisa em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado. Glaser e Strauss (2016), originalmente conceituaram saturação teórica como sendo a constatação do momento de interromper a captação de informações (obtidas junto a uma pessoa ou grupo) pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa

sociológica. Na expressão dos autores, tratar-se-ia de uma confiança empírica de que a categoria está saturada, levando-se em consideração uma combinação dos seguintes critérios: os limites empíricos dos dados, a integração de tais dados com a teoria (que, por sua vez, tem uma determinada densidade) e a sensibilidade teórica de quem analisa os dados. Portanto,

[...] diferentemente das pesquisas quantitativas, a seleção dos elementos amostrais em pesquisas qualitativas não decorre da mensuração da distribuição de categorias como nos estudos matematizados de características clínicas e bio-sociodemográficas (como diagnósticos nosográficos, perfis de personalidade, eficácia de terapêuticas medicamentosas, idade, sexo, procedência, tipo de moradia, situação conjugal, escolaridade etc.). Isso não é necessário porque os critérios a que os estudos qualitativos visam não obedecem aos mesmos padrões de distribuição de parâmetros biológicos ou dos fenômenos naturais em geral. A seleção dos elementos decorre, sobretudo, da preocupação de que a amostra contenha e espelhe certas dimensões do contexto, algumas delas em contínua construção histórica (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 20)

Tendo em vista que nosso estudo trata acerca de um tema aberto a inúmeros resultados possíveis, para a seleção da amostra que compõe esta pesquisa, optamos pela Amostragem Probabilística, definida como “aquela que respeita a probabilidade de cada elemento da população possa fazer parte da amostra, respeitando a aleatoriedade da presença de um elemento da população na amostra” (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 81).

A amostragem probabilística divide-se em outros subtipos, sendo o qual optamos para nos referenciar quanto a escolha dos sujeitos que deveriam compor nossa amostra, a amostragem aleatória por agrupamentos. Neste tipo de seleção amostral, a população é dividida em grupos com características em comum e são utilizados os seus elementos como sendo representativos da população como um todo (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Nesse caso, os grupos foram formados pelos cursos de graduação da UNICRUZ.

Definimos então, que a amostra seria composta por 30% de cada um desses grupos, sendo esses sujeitos escolhidos de forma aleatória, sob o critério de inclusão, possuir idade inferior à 60 anos, supondo que, por se tratar de um tema cujo central é o preconceito direcionado à pessoa idosa, se algum idoso viesse à respondê-lo, alteraria o resultado final.

Os demais critérios de inclusão, eram o sujeito estar matriculado em um dos cursos de graduação da UNICRUZ, durante o período de 2019/1 e 2019/2, além de aceitar participar da pesquisa mediante a assinatura do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). Desta forma, a pesquisa foi então realizada com 712 discentes, distribuídos de acordo com o Quadro 2:

Quadro 2 - Distribuição da amostra da pesquisa

CURSO	TOTAL DE ALUNOS	AMOSTRA (30%)
Administração	122	37
Agronomia	401	120
Arquitetura e Urbanismo	142	43
Biomedicina	78	23
Ciência da Computação	54	16
Ciências Contábeis	93	28
Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética	82	25
Direito	401	120
Educação Física	40	12
Educação Física – Bacharelado	48	14
Educação Física – Licenciatura	16	5
Enfermagem	103	31
Engenharia Ambiental e Sanitária	13	4
Engenharia Civil	92	28
Engenharia de Produção	54	16
Farmácia	83	25
Fisioterapia	115	34
Jornalismo	49	15
Medicina Veterinária	285	85
Pedagogia	103	31
Total Geral	2.374	712

2.2.4 Instrumentos e Procedimentos de Pesquisa

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa, foram entregues aos discentes para autopreenchimento, de acordo com a distribuição da amostra proposta no Quadro 2. Para tanto, as turmas de cada curso foram escolhidas de forma aleatória, até atingir o número de alunos que representassem 30% de cada um dos cursos, conforme abordado anteriormente.

Os questionários foram distribuídos entre os discentes durante os três turnos de aula da universidade, matutino, vespertino e noturno, tendo em vista que alguns cursos possuem mais de um turno em sua carga horária. Para tanto, solicitamos ao docente presente na sala de aula, que cedesse um período de aproximadamente 20 minutos para que apresentássemos nossa proposta e convidássemos os alunos a participarem da pesquisa.

Após o docente ceder o tempo, apresentamos o Programa de Pós-Graduação a que a pesquisa estava relacionada, a pesquisa em si, os objetivos e a finalidade da mesma, enfatizando que a participação de cada um dos sujeitos seria de livre e espontânea vontade, mediante o preenchimento do TCLE. Logo, discorreremos acerca dos riscos e benefícios da

referida pesquisa, bem como a total garantia do sigilo das informações fornecidas nos instrumentos da pesquisa, uma vez que a mesma aborda um tema delicado, com implicações éticas e até mesmo legais quando em grau acentuado. Assim, pedimos aos discentes para que respondessem da forma mais verossímil e pessoal possível, para que os resultados obtidos pudessem representar com veracidade da população em estudo.

Em seguida, entregamos os questionários aos participantes, para seu autopreenchimento, ou seja, para que os mesmos lessem e preenchessem as questões de maneira individual, evitando assim, a interferência por parte do aplicador dos instrumentos. Solicitamos ainda, para que identificassem apenas o seu curso e a sua idade, variáveis importantes para o estudo.

Permanecemos nas salas de aula, a fim de sanar possíveis dúvidas ou dispor qualquer outra informação que pudesse ser solicitada a respeito da pesquisa. Todos os participantes terminaram o preenchimento dos instrumentos antes dos 20 minutos propostos. Destacamos, que nenhum dos convidados a participar da pesquisa recusaram, pelo contrário, muitas vezes até mesmo proferiam elogios quanto à escolha do tema, referindo ser de grande importância e pouco abordado em nosso cotidiano.

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa e que foram aplicados aos discentes, foram:

a) Escala ROPE (*Relating to Older People Evaluation*): Escala de Relação com Pessoa Idosa (CHERRY; PALMORE, 2008; VIEIRA, 2018), em Anexo A. Indica a frequência com que as pessoas se relacionam com os idosos. A Escala ROPE foi desenvolvida visando responder a três questões básicas: qual a prevalência com que comportamentos preconceituosos ocorrem na sociedade; quais os tipos mais frequentes de comportamentos ageistas; e, que tipos de pessoas relatam mais comportamentos ageistas (CHERRY; PALMORE, 2008; VIEIRA, 2018).

A mesma, é composta de 19 questões, das quais 13 destas tratam acerca do ageismo negativo e 06 sobre ageismo positivo. O ageismo positivo, representa os resultados da frequência das ações positivas dos participantes em relação aos idosos, através das questões: A1 - “Elogiar pessoas idosas por sua aparência, apesar de suas idades”; A3 - “Gostar de conversar com pessoas idosas devido a sua idade”; A5 - “Segurar portas abertas para pessoas idosas por conta de suas idades”; A7 - “Oferecer-se para ajudar uma pessoa idosa a atravessar a rua”; e, A9 - “ Pedir conselhos a um idoso por conta de sua idade”.

Já o ageísmo negativo, busca evidenciar atitudes e comportamentos preconceituosos em relação aos idosos: A2 – “Enviar mensagens de aniversário para pessoas idosas com piadas sobre suas idades”; A4 – “Contar a pessoas idosas piadas sobre velhice”; A6 - “Dizer para uma pessoa idosa: você está velho(a) demais para isto”; A10 - “Quando uma pessoa idosa tem uma doença digo: isso é normal na sua idade”; A11 - “Quando uma pessoa idosa não consegue lembrar de algo digo: olha a idade chegando”; A12 - “Falar alto ou devagar com pessoas idosas por conta de suas idades”; A13 - “Usar vocabulário simples ao conversar com pessoas idosas”; A14 - “Votar em uma pessoa idosa por conta de sua idade”; A15 - “Não votar em uma pessoa idosa por conta de sua idade”; A16 - “Evitar contato com pessoas idosas”; A17 - “Chamar idosos(as) de mal humorados(as)”; A18 - “Quando há um motorista lento em minha frente penso: deve ser um idoso”; e, A19 - “Chamar uma mulher idosa de jovem senhora ou chamar um homem de jovem senhor”.

A pontuação dos itens, corresponde à frequência com que os participantes se experienciaram acerca de cada uma das questões, divididos em: N (Nunca), R (Raramente) e F (Frequentemente), devendo ser escolhida apenas uma destas opções.

Apesar da Escala ROPE buscar avaliar/evidenciar os comportamentos discriminatórios, o seu título foi escolhido pelos autores, de forma a não ser tão explícito quanto aos seus objetivos, ou seja, para que os participantes não se recusassem a respondê-la ou apenas darem as respostas que julgassem mais aceitas pela sociedade (CRONIN; BROOKE, 2019; SOARES, 2014).

b) Escala FSA (*Fraboni Scale of Ageism*) - Escala Fraboni de Idadismo (FRABONI, SALSTONE; HUGHES, 1990 - validado por NETO, 2004; VIEIRA, 2018) em Anexo B. Avalia o ageísmo explícito, através de aspectos cognitivos e afetivos do preconceito, a partir de três níveis reconhecidos por Allport (1954): antilocução, evitamento e discriminação. A antilocução, ocorre quando há referência a um grupo-alvo, neste caso os idosos, de forma depreciativa baseada em informações imprecisas e/ou errôneas. O evitamento, por sua vez, ocorre quando se restringe ou limita o contato com o grupo-alvo. Já a discriminação é o tratamento diferenciado e muitas vezes excludente ao grupo-alvo. A seguir, podemos perceber no Quadro 3, cada questão individual, bem como sua classificação em um dos três níveis propostos por Allport (1954) e validado por Neto (2004), a FSA obteve desempenho similar, ratificando sua validade de construto e consistência interna. E no ano de 2018 foi utilizada como instrumento na Tese de Doutorado de Vieira (2018).

Quadro 3 - Níveis de preconceito da Escala Fraboni de Idadismo

Nº	Questão	Nível de Preconceito
B1	A maioria dos idosos é mesquinha e gosta de acumular dinheiro e posses.	Discriminação
B2	A maioria dos idosos não se interessa em fazer novos amigos, preferindo o círculo de amigos que já tem por anos.	Evitamento
B3	A maioria dos idosos está presa ao passado.	Antilocução
B4	A maioria dos idosos não é confiável para tomar conta de crianças.	Discriminação
B5	A maioria dos idosos fica mais feliz quando está com pessoas de sua idade.	Evitamento
B6	A maioria dos idosos não tem boa higiene pessoal.	Discriminação
B7	A maioria dos idosos pode ser irritante por contar as mesmas histórias várias vezes.	Antilocução
B8	Os idosos reclamam mais de tudo do que os jovens.	Antilocução
B9	Eu preferiria não ir a uma festa voltada à idosos se fosse convidado.	Evitamento
B10	O suicídio de jovens é mais trágico que o suicídio de idosos.	Discriminação
B11	Às vezes eu evito contato visual com idosos quando os vejo.	Evitamento
B12	Sinto-me incomodado quando idosos tentam puxar conversa comigo.	Antilocução
B13	Não dá para esperar conversas interessantes com a maioria dos idosos.	Antilocução
B14	Provavelmente é comum sentir-se deprimido quando está em companhia de idosos.	Discriminação
B15	Os idosos deveriam apenas arranjar amigos de sua faixa etária.	Discriminação
B16	Idosos não deveriam sentir-se bem vindos em confraternização de jovens.	Evitamento
B17	Os idosos não precisam participar das atividades esportivas oferecidas na cidade.	Evitamento
B18	É melhor que os idosos vivam onde não irão incomodar ninguém.	Evitamento
B19	A companhia da maioria dos idosos é bastante agradável.	Evitamento
B20	É triste ouvir sobre a situação de exclusão de muitos idosos em nossa sociedade.	Antilocução
B21	Idosos devem ser incentivados a ter opinião política.	Antilocução
B22	A maioria dos idosos são pessoas muito interessantes.	Discriminação
B23	Pessoalmente, eu não gostaria de passar muito tempo com um idoso.	Evitamento
B24	Complexos esportivos deveriam ter sempre locais separados para que os idosos joguem entre si, em seu nível.	Evitamento
B25	Idosos merecem os mesmos direitos e liberdades concedidos aos outros membros de nossa sociedade.	Discriminação
B26	A maioria dos idosos deveria ser impedida de renovar suas carteiras de motorista.	Discriminação
B27	Idosos podem ser muito criativos.	Antilocução
B28	Eu preferiria não viver com um idoso.	Evitamento
B29	Idosos não precisam de muito dinheiro para suprir suas necessidades.	Antilocução

A pontuação dos itens, é categorizada em cinco índices: Discordo Totalmente, Discordo, Estou em Dúvida, Concordo e Concordo Totalmente, devendo ser escolhida apenas uma destas opções.

É importante destacar que as questões B19, B20, B21, B22, B25 e B27, necessitam de atenção diferenciada em relação às demais, uma vez que os resultados nos índices de

Concordo ou Discordo, refletem o oposto, pois denotam atitudes positivas em relação ao envelhecimento. Por este motivo, estas foram grifadas em negrito na Tabela 5, para maior destaque durante a leitura.

Portanto, na classificação do Nível de Preconceito proposto por Allport (1954), consideramos a soma das médias das respostas obtidas nas alternativas *Concordo e Concordo Totalmente* (e *Discordo e Discordo Totalmente* nas questões que buscavam evidenciar atitudes positivas).

c) Escala sobre Ageísmo no Contexto Organizacional – EACO (adaptado por FRANÇA *et al.*, 2017; SIQUEIRA-BRITO; FRANÇA; VALENTINI, 2016) em Anexo C. Para nossa pesquisa, a EACO foi aplicada ao âmbito acadêmico, onde o participante deveria avaliar os estudantes mais velhos e mais jovens em relação a: adoecimento, rapidez ou lentidão no desenvolvimento das tarefas, produtividade, compreensão das rotinas, capacidade de concentração e memória, comprometimento, habilidade na resolução de problemas, persistência, conhecimento, capacidade para lidar com pressões e prazos acadêmicos e assiduidade, comparando uma faixa etária a outra. Foi esclarecido aos participantes que os estudantes mais velhos representavam pessoas com 60 anos ou mais. Já os estudantes mais jovens representavam as pessoas entre 18 e 35 anos.

A escala era composta por 14 itens, dispostos em duas dimensões: 1. atitudes negativas diante do envelhecimento, abrangendo 8 itens, definidos principalmente por aspectos cognitivos e de saúde; 2. atitudes positivas, abrangendo 6 itens, definidos principalmente por aspectos afetivos, conforme disposto no Quadro 4. As respostas foram assinaladas em “discordo totalmente” ou “concordo totalmente”.

Quadro 4 – Dimensões da Escala de Ageísmo no Contexto Organizacional

QUESTÃO		DIMENSÃO (1) Negativa (2) Positiva
1	Estudantes mais velhos levam mais tempo para realizar atividades no ambiente acadêmico.	1
2	Estudantes mais velhos costumam adoecer com mais facilidade.	1
3	Estudantes mais velhos costumam faltar mais as aulas.	1
4	Estudantes mais jovens costumam ter maior capacidade de concentração.	1
5	Os estudantes mais velhos tendem a esquecer novas tarefas.	1
6	Estudantes mais velhos são mais persistentes do que os mais jovens.	2
7	Estudantes mais jovens são mais produtivos do que os mais velhos.	1
8	Estudantes mais velhos são mais comprometidos com os estudos do que os mais jovens.	2
9	De modo geral, estudantes mais velhos têm mais conhecimento dos conteúdos	2

	das aulas.	
10	Estudantes mais velhos são mais capazes de lidar com as pressões e prazos acadêmicos.	2
11	O envelhecimento afeta a produtividade nos estudos.	1
12	Estudantes mais velhos têm mais habilidade para resolver problemas do que os mais jovens.	2
13	Estudantes mais velhos tendem a dialogar mais com os professores e/ou colaboradores do que os mais jovens.	2
14	Estudantes mais jovens compreendem e dominam melhor as tecnologias do que os mais velhos.	1

Fonte: Adaptado por França *et al.* (2017).

2.2.5 Análise e Interpretação de Dados

Os dados obtidos através dos instrumentos foram tabulados no *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Science* - Pacote Estatístico para as Ciências Sociais), desenvolvido pela IBM, o qual apresenta um conjunto de ferramentas de fácil manuseio e que permite ao pesquisador trabalhar com uma amplitude maior de dados (IBM, 2020). Os dados coletados foram agrupados sistematicamente no SPSS, de maneira que cada um dos participantes integre seu respectivo grupo, definidos pelos cursos de graduação a que pertencem, conforme já abordado anteriormente.

Após, realizou-se a Análise Crítico-Interpretativa de Dados, a qual consiste em organizar e resumir os dados coletados através de tabelas, gráficos ou medidas numéricas, e, a partir destes, procurou-se alguma regularidade ou padrão nas observações de forma que os dê significado (MEDRI, 2011).

A discussão dos resultados, compreendeu o momento em que o pesquisador trouxe à discussão os dados considerados mais expressivos ao estudo em questão, através de referencial teórico capaz de embasar cientificamente as análises e dar sentido à sua interpretação.

2.2.6 Cuidados Éticos

O projeto guarda-chuva desta pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICRUZ, para apreciação ética antes da coleta de dados e recebeu aprovação sob parecer nº 3.034.532 em 23 de novembro de 2018. Já esta proposta de Dissertação foi encaminhada ao CEP da UNICRUZ na forma de subprojeto sob registro - CAAE 04215818.4.0000.5322 e foi aprovado pelo CEP da UNICRUZ sob o parecer nº

3.095.921, em 19 de dezembro de 2018. Tal formalidade atendeu aos trâmites legais que determinam os princípios da Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016 (BRASIL, 2016) e da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), acerca da ética em pesquisas com seres humanos. Para tanto, foi assinado o Termo de Confidencialidade e Sigilo das Informações pelo pesquisador (APÊNDICE C).

3 CAPÍTULO III - ENVELHECIMENTO HUMANO NA ATUAL SOCIEDADE BRASILEIRA

O envelhecimento humano pode ser definido, como sendo um processo dinâmico e progressivo, em que há mudanças morfológicas, funcionais, bioquímicas, físicas e mentais, o qual ocorre de maneira e velocidade diferentes para ambos os sexos e é influenciado diretamente por fatores genéticos, psicológicos, culturais e estilo de vida (PAPALÉO NETTO, 2016; SMELTZER; BARE, 2016).

Para Moreira (2012), a velhice é inexorável, ou seja, embora a sociedade tenha se desenvolvido científica e tecnologicamente, (ainda) não há uma forma de o ser humano não a vivenciar, pois esta faz parte do ciclo natural da vida, tal como o nascer, o crescer e o amadurecer.

Entretanto, o processo de envelhecimento humano não pode ser encarado apenas pela ótica da cronologia, mas por uma série de outros aspectos que, juntos, constituem o conceito de velhice. Assim, pode-se afirmar que o envelhecer não é influenciado somente pela idade, mas pela forma como o indivíduo vive(u) (MOTTA, 1999).

Destarte, estas disparidades no processo de envelhecimento se devem, principalmente, ao modo como cada indivíduo organizou sua trajetória, variando de acordo com as circunstâncias históricas, culturais e sociais que estiveram presentes durante seu curso de vida, dos fatores genéticos intrínsecos de cada indivíduo e a interação destes com o ambiente em que este viveu, da incidência de diferentes patologias, dos hábitos adquiridos, da estimulação mental recebida, dos diferentes modos que a pessoa encara os fatores estressores da vida, do apoio psicológico recebido de outras pessoas, da conduta positiva ou negativa perante o viver, dentre outros inúmeros fatores que podem minimizar ou maximizar este processo (NERI; FREIRE, 2000; CAMARANO; KANSO, 2010; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012).

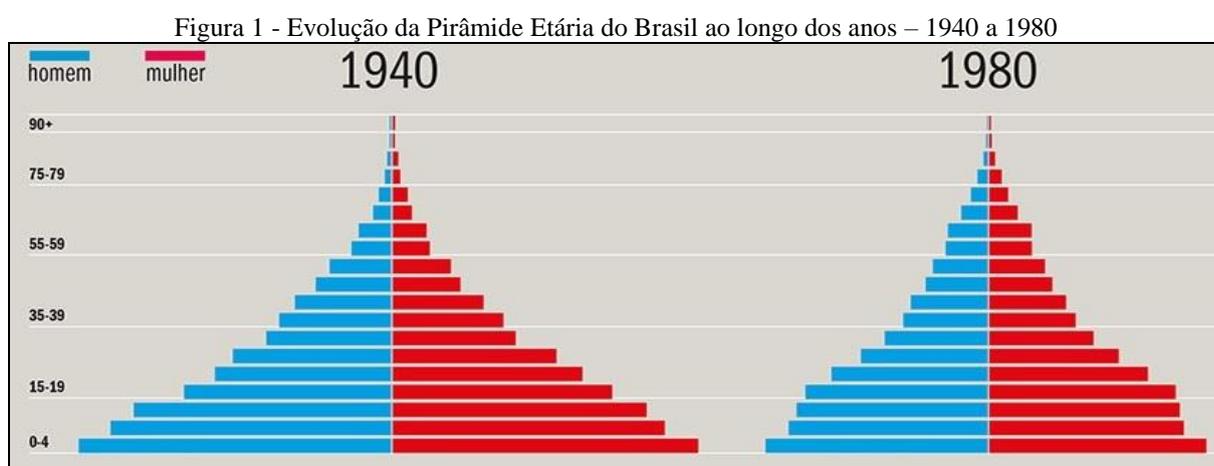
Borges, Campos e Silva (2015), afirmam que o Brasil faz parte do grupo de países que experimentou uma acelerada transição demográfica. Este rápido e acentuado envelhecimento populacional é apontado como decorrente de uma série de fatores, tais como a melhoria nas condições de saúde e sanitárias, evolução dos conhecimentos científicos e

tecnológicos, aumento nas medidas de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, além da diminuição da mortalidade dos idosos e a diminuição da natalidade (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015; KOCH-FILHO *et al.*, 2010; CAMARANO, 2004).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada no ano de 2015, a composição da população brasileira evidencia a tendência a um envelhecimento demográfico, uma vez que o percentual de pessoas de 0 a 14 anos de idade passou de 26,5%, em 2005, para 21,0%, em 2015. Com relação à faixa etária de 15 a 29 anos de idade, no mesmo período, houve um decréscimo de 27,4% para 23,6%. Entretanto, os adultos com idades entre 30 a 59 anos passaram a representar de 36,2% para 41,0%, bem como o grupo dos idosos de 60 anos ou mais de idade, que aumentou de 9,8% para 14,3%, neste mesmo período (IBGE, 2018a).

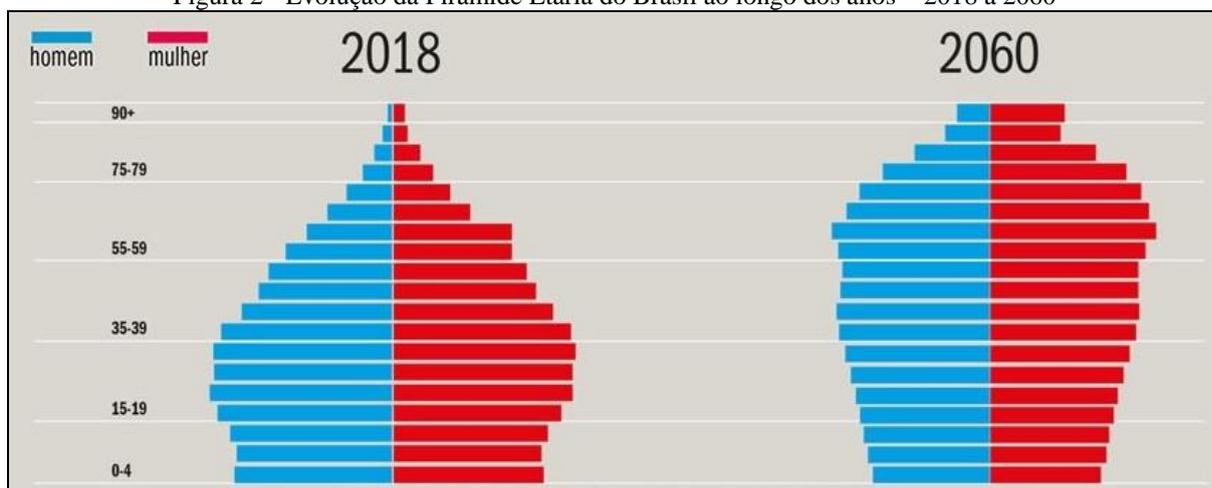
Ainda, conforme esta mesma pesquisa realizada pelo PNAD, a população com 60 anos ou mais, considerada idosa pelo Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), era de 25,4 milhões no ano de 2012. Em 2017, a população com 60 anos ou mais somou 30,2 milhões. Ou seja, em cinco anos, o país teve um acréscimo de 18,8% no número de idosos. Segundo projeções do IBGE, estima-se que em 2060, um quarto da população (25,5%) deverá ter mais de 65 anos. Em 2012, este grupo representava 12,8% da população total do país e em 2017, 14,6% (IBGE, 2018b).

A relação entre a porcentagem de idosos e de jovens, denominada Índice de Envelhecimento, representava 43,19% em 2018, devendo aumentar para 173,47%, em 2060. Esse processo pode ser observado através das alterações no formato da pirâmide etária ao longo dos anos, na qual é perceptível o estreitamento da base (onde estão localizadas as crianças e jovens) e o alargamento do corpo (adultos) e do topo (idosos), conforme ilustrado nas figuras a seguir:



Fonte: IBGE, 2019.

Figura 2 - Evolução da Pirâmide Etária do Brasil ao longo dos anos – 2018 a 2060



Fonte: IBGE, 2019.

Em 2018, conforme a Projeção da População Brasileira apresentada pelo IBGE, a esperança de vida ao nascer, era de 76 anos de vida. Em 2060, estima-se que este índice aumente para 81 anos. Conforme o estudo publicado, desde a década de 1940, a expectativa de vida da população brasileira já aumentou 30,5 anos (IBGE, 2018b).

O município de Cruz Alta, localizado na Região Noroeste do Rio Grande do Sul e que possui uma área territorial de 1.360,321 km², chegou a atingir o índice de 67.350 habitantes no ano de 2000, sofrendo um decréscimo para 62.821 habitantes em 2010 e para 60.693 habitantes no ano de 2018, totalizando uma densidade demográfica de 46,07 hab/km² (IBGE, 2019).

No quadro a seguir, podemos analisar a evolução populacional do município, evidenciada pelos três censos realizados pelo IBGE (em 1991, 2000 e 2010).

Quadro 5 - População total do Município de Cruz Alta por gênero – Rural e Urbana

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	64.167	100,00	67.350	100,00	62.821	100,00
População residente masculina	30.496	47,53	32.032	47,56	29.743	47,35
População residente feminina	33.671	52,47	35.318	52,44	33.078	52,65
População urbana	61.886	96,45	64.657	96,00	60.594	96,46
População rural	2.281	3,55	2.693	4,00	2.227	3,54

Fonte: ATLAS BRASIL, 2019.

Acerca dos índices relacionados ao envelhecimento no município, o Quadro 6 demonstra que a expectativa de vida aumentou 2,9 anos entre as décadas de 2000 e 2010,

passando de 73,6 anos para 76,5 anos, respectivamente. Em 1991, a expectativa de vida no município era de 68,6 anos.

Quadro 6 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade do Município de Cruz Alta

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	68,6	73,6	76,5
Mortalidade infantil	22,3	16,1	11,6
Mortalidade até 5 anos de idade	26,1	18,7	13,6
Taxa de fecundidade total	2,9	2,2	2,2

Fonte: ATLAS BRASIL, 2019.

A mortalidade infantil, descrita como sendo a mortalidade de crianças com menos de um ano de idade, é um importante índice, uma vez que está relacionada diretamente às alterações na estrutura demográfica do país. Em Cruz Alta, este índice decresceu constantemente, passando de 22,3 óbitos por mil nascidos vivos em 1991, para 16,1 em 2000 e para 11,6 em 2010. Se comparado com os índices do estado do Rio Grande do Sul, que no ano de 1991, era de 22,5, em 2000, 16,7 e em 2010, 12,4 óbitos por mil nascidos vivos, podemos perceber que em 2010 este índice no município foi inferior à média do estado, representando a eficácia das políticas públicas no que se refere ao combate à mortalidade infantil.

Isto, por sua vez, promove modificações na estrutura etária da população cruzaltense, principalmente no que se refere à taxa de envelhecimento, conforme demonstra o Quadro 7.

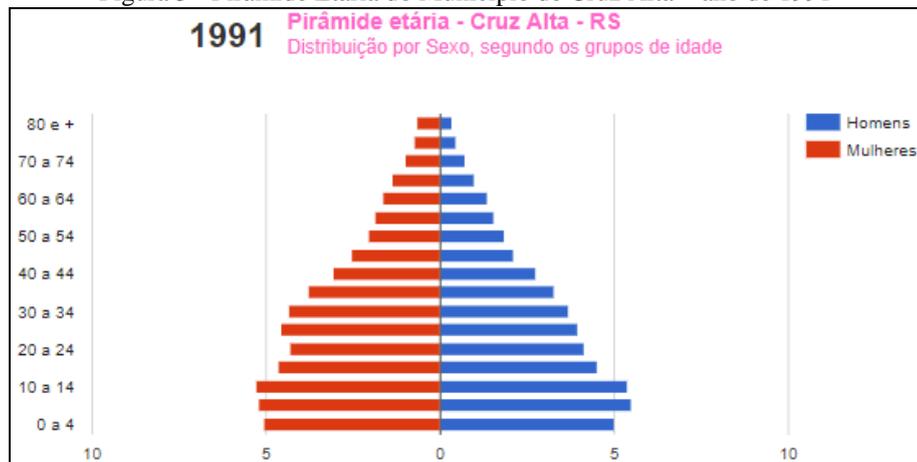
Quadro 7 - Estrutura etária da população de Cruz Alta

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	20.275	31,60	18.349	27,24	13.660	21,74
15 a 64 anos	39.829	62,07	43.898	65,18	42.953	68,37
População de 65 anos ou mais	4.063	6,33	5.103	7,58	6.208	9,88
Razão de dependência	61,11	-	53,42	-	46,26	-
Taxa de envelhecimento	6,33	-	7,58	-	9,88	-

Fonte: ATLAS BRASIL, 2019.

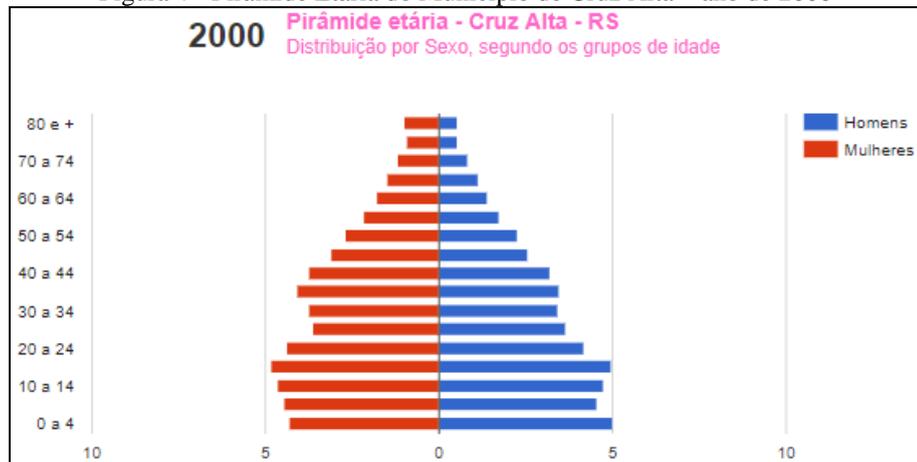
As demais mudanças demográficas que afetam a população de Cruz Alta, podem ser percebidas nas pirâmides etárias, que passam a ter uma grande modificação a cada nova década, conforme demonstram as figuras a seguir:

Figura 3 - Pirâmide Etária do Município de Cruz Alta – ano de 1991



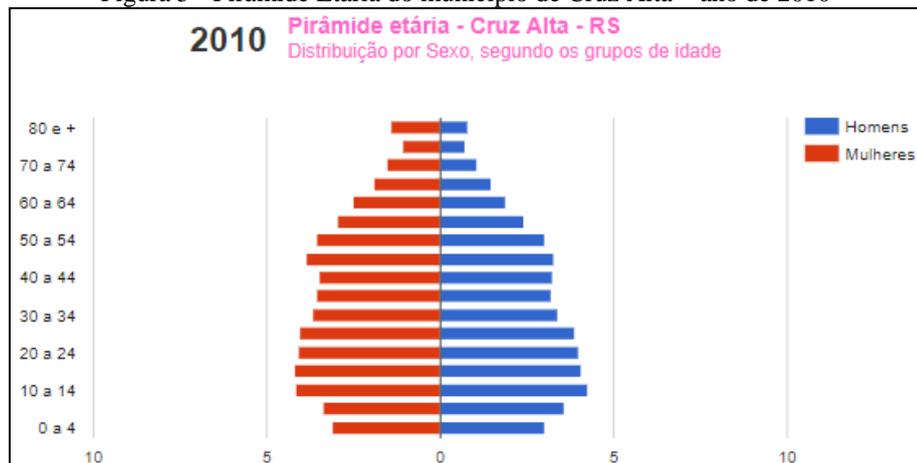
Fonte: ATLAS BRASIL, 2019.

Figura 4 - Pirâmide Etária do Município de Cruz Alta – ano de 2000



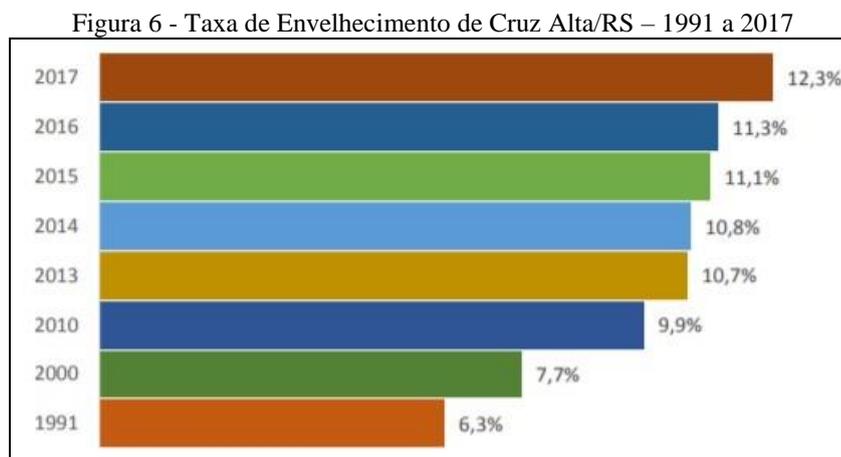
Fonte: ATLAS BRASIL, 2019.

Figura 5 - Pirâmide Etária do município de Cruz Alta – ano de 2010



Fonte: ATLAS BRASIL, 2019.

Tais alterações na estrutura etária populacional de Cruz Alta, ficam ainda mais evidentes quando isolamos a Taxa de Envelhecimento e a comparamos anualmente, conforme o demonstrado na Figura 6:



Fonte: SEBRAE, 2019.

Nisto, podemos perceber que, diferentemente dos países desenvolvidos, a população idosa brasileira está crescendo de forma rápida e acelerada. Esta transição demográfica implica em uma série de transformações em nossa sociedade, em todos os aspectos, quer estejam estes relacionadas ao setor econômico, de trabalho, serviços de saúde e até mesmo na forma em que se estruturam as relações sociais e arranjos familiares (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015). Em relação a isso cabe destacar o que colocam Cuddy e Fiske (2002 *apud* COUTO *et al.*, 2009, p. 510):

O aumento da expectativa de vida promovido pelas melhorias das condições de saúde resultou no crescimento da população idosa, o que, por sua vez, levou à institucionalização da aposentadoria – fenômeno que enfraqueceu o poder de contribuição financeira dessa população. Por outro lado, os avanços tecnológicos levaram à criação de novos empregos, para os quais os idosos não estariam preparados, ficando, dessa forma, fora do mercado de trabalho. Também a urbanização fez com que os jovens saíssem de suas casas em busca de melhores condições de vida e de trabalho, o que enfraqueceu os vínculos familiares entre avós e netos, por exemplo. Por fim, com o surgimento da educação pública, estabeleceu-se socialmente uma maioria de pessoas alfabetizadas, perdendo os idosos a posição de transmissores da cultura e de sabedoria há muito sustentada.

Kalache, em seu estudo publicado em 1987, já alertava acerca das implicações sociais futuras do rápido e acelerado aumento da população idosa para a sociedade brasileira, constantemente lembrando em seu texto, a condição do Brasil como sendo um país em desenvolvimento, diferente dos países europeus, que quando esta transição demográfica ocorreu, estes estavam mais preparados socio e economicamente. O autor ainda afirma que:

O desafio para nós é, portanto, considerável. O envelhecimento de nossa população está se processando em meio a condições de vida, para parcelas imensas da população, ainda muito desfavoráveis. O idoso não é uma prioridade, como pode ser visto nos países industrializados. No entanto, eles estão aí para ficar (KALACHE, 1987, p. 219).

Corroborando com tal afirmação, conforme estudo publicado em 2016, por Miranda, Mendes e Silva, o Brasil atualmente não está preparado para atender as necessidades oriundas do envelhecimento populacional. Porém, os autores afirmam que, ao invés de o envelhecimento populacional brasileiro ser encarado como um problema, este deveria ser motivo de comemoração, representando uma conquista para a humanidade e fruto do desenvolvimento da ciência e medicina, aliados à eficácia de políticas públicas (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

Entretanto, é necessário destacar que é de responsabilidade, não apenas dos gestores públicos, mas da sociedade como um todo, a promoção de um envelhecimento saudável, com autonomia e qualidade de vida garantida ao idoso, bem como o seu bem-estar social, através do direito de este ocupar o lugar que quiser na sociedade, através do desenvolvimento da intergeracionalidade e de uma cultura da paz (NERI, 2007).

4 CAPÍTULO IV - A JUVENTUDE BRASILEIRA E SUAS CARACTERÍSTICAS

A Organização Mundial de Saúde (OMS), define juventude como a faixa etária que abrange pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade. Contudo, este conceito é discutido no mundo todo, tamanha a fluidez e variabilidade do que ser jovem pode significar em cada país, cultura, gênero, dentre diversas outras variáveis (OPAS, 2020).

No Brasil, através da criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude no ano de 2005, a população jovem passou a ser considerada a faixa etária correspondente de 15 a 29 anos de idade. Tal disparidade em relação ao preconizado pela OMS, diz respeito à maior necessidade de proteção social direcionada aos jovens em nosso país, onde vários aspectos foram levados em consideração ao estender a idade máxima de 24 para 29 anos, como: o aumento do tempo de formação escolar e profissional; taxa de desemprego no país, o que acarreta em maior dificuldade em conseguir o primeiro emprego; e, maior permanência no âmbito familiar (ABRAMOVAY, 2015).

Considerando que existem inúmeras diferenças entre os jovens, seja no que se refere à classe social, raça, gênero, dentre diversos outros fatores, atualmente está cada vez mais em uso o termo “juventudes” – no plural (ABRAMOVAY, 2015). Por isto, encontramos dificuldade durante a busca pela definição do termo juventude, dada a pluralidade de suas interpretações.

Para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), juventude é uma categoria sociológica que constitui um período de preparação de sujeitos – jovens – para que venham a assumir o papel de adulto na sociedade na qual estão inseridos (OPAS, 2020).

Entretanto, o conceito mais comumente encontrado, define a juventude como a fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, expressado por Dayrell (2003), como sendo “a condição de transitoriedade, onde o jovem é um ‘vir a ser’, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente” (DAYRELL, 2003, p. 40). Desse modo, assume-se cada vez mais que a juventude é a fase de preparação para o mundo “adulto”, considerando que “o jovem não é considerado como um ser pleno, mas um projeto,

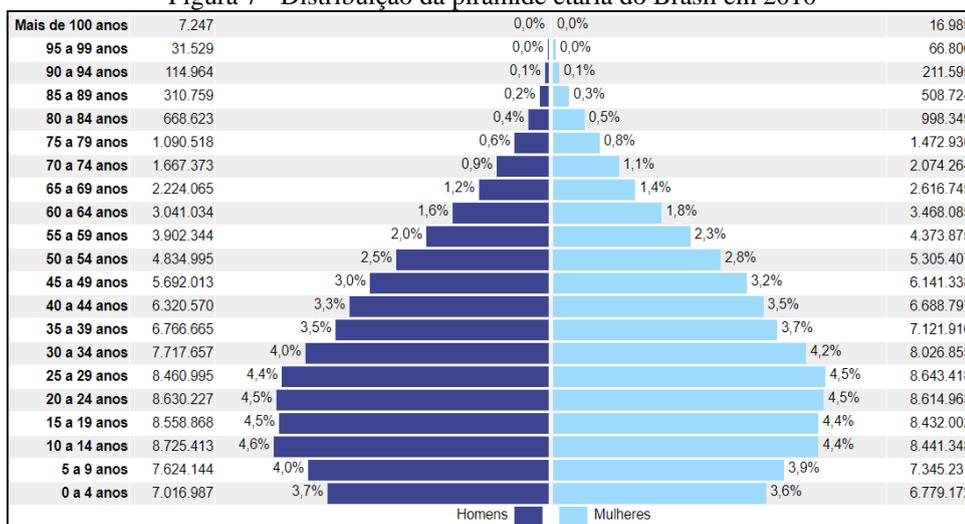
um vir a ser que por sua imaturidade, presumida, precisa ser tutelado” (ABRAMOVAY, 2015, p. 08).

Partindo desse pressuposto de tutela e proteção, foi promulgada em agosto de 2013, a Lei nº 12.852, definida como sendo o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). A mesma, trata acerca dos direitos dos jovens, bem como define os princípios e diretrizes para a elaboração das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, com os seguintes princípios:

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios: I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; VII - promoção da vida segura, **da cultura da paz**, da solidariedade e da não discriminação; e **VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações** (BRASIL, 2013, Art. 2º, p. 1 Grifo nosso).

No último censo realizado pelo IBGE em 2010, a população brasileira era de 190.732.694 habitantes. Apesar do número absoluto de jovens ter aumentado de 48,9 milhões em 2000, para 52,3 milhões em 2010, sua representatividade caiu de 28,2%, em 2000, para 26,7%, em 2010, devendo alcançar 21,0%, em 2030, chegando a 46,9 milhões (IBGE, 2010). Ou seja, em 2010, mais de ¼ da população do país era considerada jovem, conforme podemos perceber na Figura 7, que trata sobre a distribuição da população por faixa etária no Brasil em 2010, em que há grande representação de indivíduos na faixa etária da juventude.

Figura 7 - Distribuição da pirâmide etária do Brasil em 2010

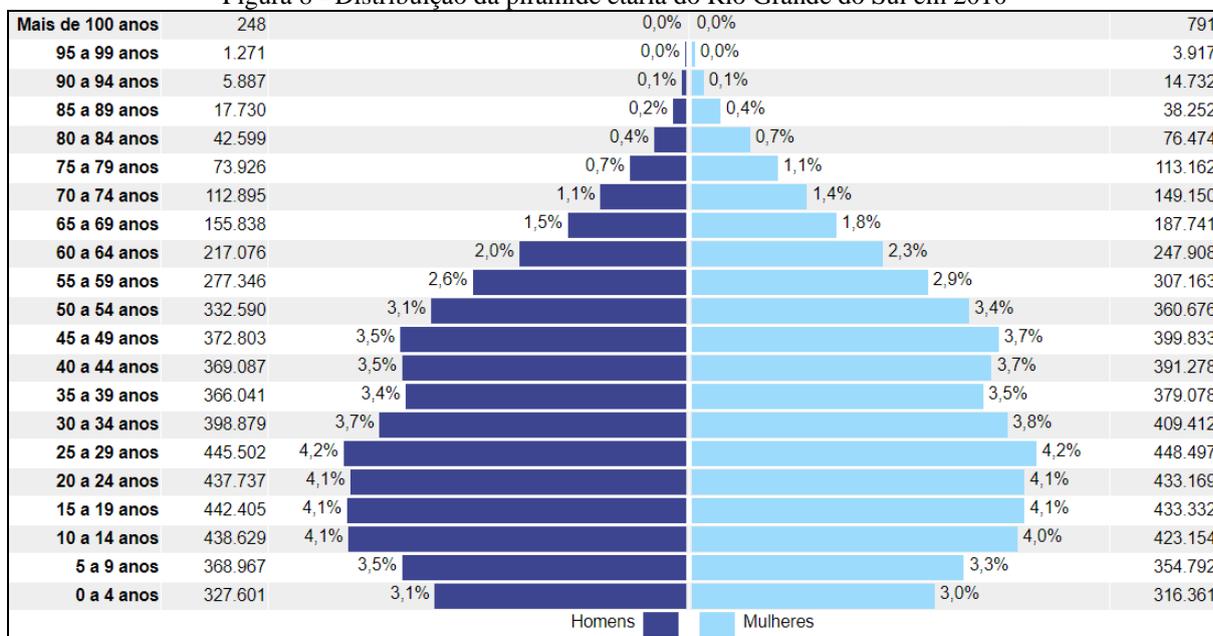


Fonte: IBGE, 2010.

Tal fato, pode ser considerado um marco histórico, uma vez nunca mais haverá na história, tamanha representação da juventude em relação à velhice, dado o envelhecimento demográfico progressivo da população brasileira (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015).

No Rio Grande do Sul, o número de jovens encontrava-se abaixo das médias nacionais, correspondendo a 24,8% da população, atribuído principalmente à diminuição das taxas de natalidade e controle de fecundidade comparados aos demais estados brasileiros, conforme ilustrado na Figura 8.

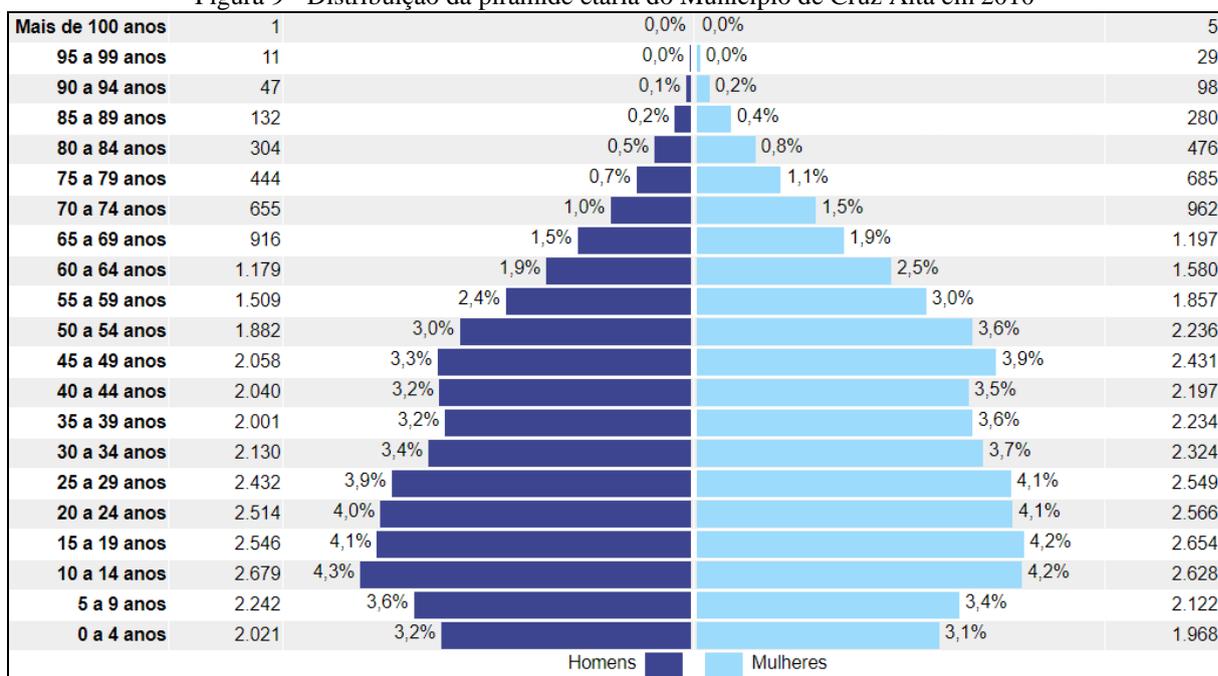
Figura 8 - Distribuição da pirâmide etária do Rio Grande do Sul em 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Já o município de Cruz Alta (RS), apresenta resultados muito semelhantes à média do estado, correspondendo a 24,4%, com uma pequena variação comparada ao número de jovens de 25 a 29 anos.

Figura 9 - Distribuição da pirâmide etária do Município de Cruz Alta em 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Com relação à distribuição desses jovens no território brasileiro, 84,8% viviam nas cidades, enquanto que 15,2%, no campo. No RS, essa distribuição era de 85,10% de população urbana e 14,9%, rural, enquanto que em Cruz Alta, 96,46% e 3,54%, respectivamente (IBGE, 2010).

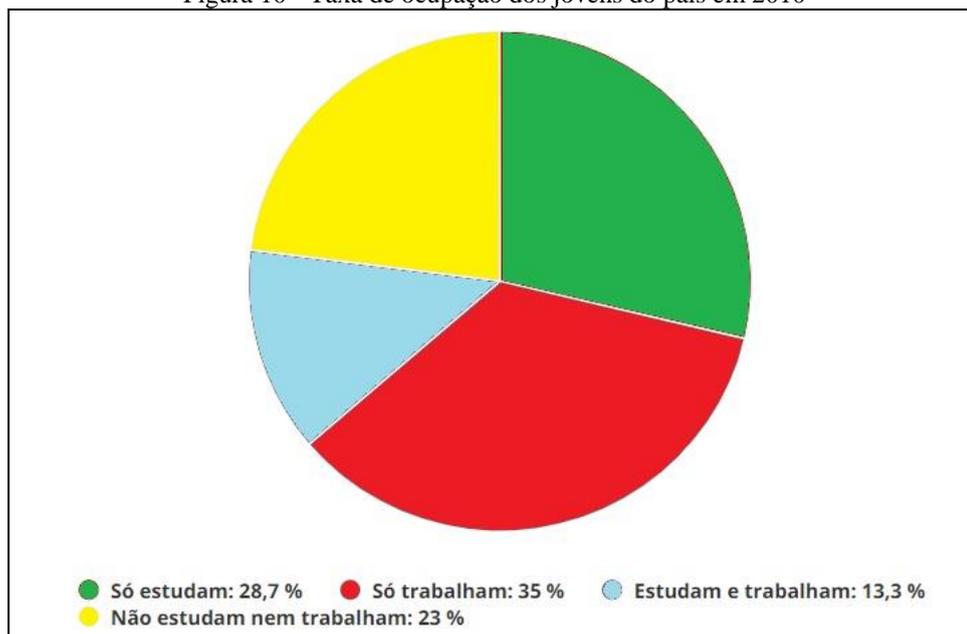
Quanto à escolaridade, 35,9% têm sua escolaridade limitada ao ensino fundamental, 46,3% apenas concluíram o ensino médio e somente 16,2% dos jovens de todo o País chegaram ao ensino superior. No RS, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 61,13% e, em Cruz Alta, 63,44%. Já a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 43,79% no RS e 37,88% em Cruz Alta. Os jovens que estavam cursando o ensino superior em 2010, de 18 a 24 anos, representavam 18,50% no estado, enquanto que no município, 15,59% (IBGE, 2010).

Quando questionados a respeito da religião, a maioria dos jovens brasileiros (56%) se declarou católica, seguidos de evangélicos (27%) e dos que declararam não possuir nenhuma religião (17%) (IBGE, 2010).

Em 2010, 66% dos jovens brasileiros apresentavam como estado civil, solteiro. 61% residiam com os pais, sendo a maioria destes, os homens, apesar da queda de 71,8% em 2000, para 62,6% em 2010. Quanto a filhos, 40% dos jovens do país possuíam ao menos um filho (IBGE, 2010).

Com relação à taxa de ocupação, podemos ver na Figura 10, a qual demonstra que no último censo realizado, 23% dos jovens não trabalhavam nem estudavam, o que correspondia a cerca de 11 milhões de indivíduos no país.

Figura 10 - Taxa de ocupação dos jovens do país em 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Nisto, podemos considerar que os jovens são diretamente afetados pelas discrepâncias socioeconômicas, tendo em vista que são os mais afligidos pelo desemprego, falta de capacitação e experiência, além do fato de não serem contemplados por programas de assistência social, direcionados aos que não podem trabalhar, como os idosos, pessoas com deficiência e crianças (SODRÉ DA SILVA; RABASSA DA SILVA, 2011).

Assim, podemos perceber a necessidade e a carência de políticas públicas direcionadas a essa faixa etária, capazes de lhes propiciar condições de permanecerem e seguirem adiante em seus estudos, contribuindo assim, para o desenvolvimento da economia do país e, sobretudo, melhores condições qualidade de vida (SODRÉ DA SILVA; RABASSA DA SILVA, 2011).

5 CAPÍTULO V - AGEISMO: UMA PRÁTICA SOCIOCULTURAL HISTÓRICA CONDENATÓRIA

5.1 A Intergeracionalidade: uma convivência necessária no Brasil

O aumento da expectativa de vida, tem gerado mudanças, também, nas estruturas e organizações familiares, pois tem proporcionado uma possibilidade de diversas experiências intergeracionais nas famílias brasileiras. Barros (2009, p. 46), destaca essa temática ao afirmar que estas transformações nas organizações bem como nas relações familiares em nosso país, ocasionou até mesmo a redefinição dos conceitos de juventude e velhice.

Para Motta (2010, p. 229), no sentido sociológico, geração designa “um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal”.

Assim, cada vez mais um maior número de famílias conta com a presença de idosos em sua constituição. Com isso, há uma possibilidade de convivência de diferentes gerações na mesma família. Até mesmo há “na sociedade longeva que vem se constituindo nas últimas décadas – quando, cada vez mais, frequentemente, coexistem quatro e até cinco gerações na mesma família, pois, desse ponto de vista, as gerações quase não se substituem, se sucedem” (ATTIAS-DONFUT, 1993 *apud* MOTTA, 2010, p. 230).

Nestas situações de convivência intergeracional, seja na família ou na sociedade há, de forma coercitiva ou não, uma tendência a valorização das pessoas que pertencem ao mesmo grupo, ou seja, jovem valoriza jovem, idoso valoriza idoso. Essa constatação é descrita na literatura como característica da Teoria da Identidade Social (TIS), assim como descrevem Couto *et al.* (2009, p. 510):

Quando o grupo em que o indivíduo está inserido é considerado, uma das maneiras de ele se sentir bem em relação à própria identidade é valorizando os membros do próprio grupo. Ou seja, pode-se afirmar que, nesse caso, a busca por uma autoidentidade positiva é influenciada pela identidade do grupo no qual se está inserido. Assim, os membros dos grupos buscam atingir essa autoidentidade positiva diferenciando-se positivamente e avaliando-se mais favoravelmente em relação aos membros de outros grupos. De acordo com essa perspectiva, há um viés intragrupo que determina que jovens preferem jovens e que velhos preferem velhos. Entretanto,

a TIS não parte da ideia de que os indivíduos desvalorizam todos aqueles que não fazem parte do seu grupo, mas que há uma tendência de que se mantenha sempre uma imagem mais positiva do seu grupo etário face a de outros.

Ao convívio entre diferentes gerações em um mesmo período de tempo, denominamos de intergeracionalidade. Vale ressaltar, que estas relações que ocorrem entre os indivíduos de grupos etários distintos, não são restritas apenas ao contexto familiar, mas estendem-se em todos os segmentos sociais (NERI, 2005).

Por isso, atualmente, em decorrência das alterações sociodemográficas, torna-se necessária a criação de estratégias que possibilitem o contato e o convívio pacífico entre as diferentes gerações, estimulando assim, a intergeracionalidade.

Porém, é perceptível, especialmente entre gerações mais jovens, preconceitos e discriminação em relação a pessoas mais velhas, conforme coloca Motta (2010, p. 227):

O preconceito/discriminação contra a idade se apresenta de forma menos perceptível, mais sutil que o sexismo, porque é mais naturalizado pela evidência dos registros da passagem do tempo nos corpos. E os corpos são de várias idades, em suas diferentes transformações e possibilidades, individuais e sociais.

Motta (2010), destaca ainda, que apesar de todo o momento histórico ser constituído da presença simultânea de diferentes gerações, embora que ainda contemporâneas, estas não possuem as mesmas experiências, tampouco as mesmas trajetórias. Este é considerado um dos principais fatores que contribuem para o preconceito etário, também denominado de ageismo, termo este concebido por Butler (1969), como um processo ou uma forma de estereotipar e discriminar pessoas em decorrência de sua idade.

Assim, é necessário diferenciar pré-conceito de preconceito. Para Nunes, Saia e Tavares (2015), o pré-conceito corresponde às ideias pré-concebidas e integram a relação do homem com o mundo. Ou seja, é necessária alguma informação prévia acerca de um objeto que se pretende conhecer para que se tenha um ponto inicial nesta aquisição de conhecimento. As autoras afirmam que esta é uma via de mão dupla: se por um lado o indivíduo parte de algo conhecido para compreender o objeto ainda desconhecido, por outro, o objeto deixa uma nova marca no sujeito, acrescentando algo a ele.

Porém, quando o indivíduo se fecha para conhecer o objeto, não permitindo a via de mão dupla, utilizando-se apenas de seus prévios conhecimentos, não há mais uma interação, uma troca mútua. A este processo, Crochík (1996), denominou de preconceito.

Para Galeão-Silva (2007), o preconceito flagrante é a apresentação direta da rejeição do grupo discriminado, enquanto o preconceito sutil é a expressão indireta da rejeição do grupo discriminado.

Desta forma, podemos considerar que a solidariedade entre as gerações e o cuidado com o outro são aspectos essenciais para mudar essa realidade de discriminação e preconceito em relação às pessoas idosas. Essa preocupação é essencialmente relevante no meio familiar, até mesmo porque os indicadores de violência, tais como negligência, abandono e exploração, acontecem cada vez com maior frequência e no próprio grupo doméstico (MINAYO, 2014). Por outro lado, também preocupa a discriminação etária com relação a pessoa idosa, quando esta sai em busca de espaços que anteriormente era privilégio de jovens, tal como a universidade, por exemplo.

5.2 Direitos Humanos e Intergeneracionalidade

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Resolução nº 217, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, como sendo uma resposta às atrocidades da Segunda Guerra Mundial (ROSA, 2015).

Constituída de um preâmbulo e 30 artigos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos elenca como sendo os direitos inerentes ao homem, o direito à vida, liberdade e segurança (artigo 3º), ao reconhecimento como pessoa (artigo 6º), à igualdade (artigo 7º), à nacionalidade (artigo 15), dentre outros (ONU, 1948). Nisto, destacamos o artigo 1º como sendo o mais pertinente ao nosso estudo, o qual afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 1948, art. 1º).

Após esta declaração, os Direitos Humanos passaram a designar os direitos essenciais a todos os indivíduos, sem haver qualquer discriminação quanto à raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade e, até mesmo, idade, ou seja, ninguém pode ser privado de um direito humano sem que ocorra uma grave afronta à justiça (ARIFA, 2018).

Entretanto, apesar da publicação desta declaração ser assinada pela maioria dos países, os direitos correspondentes às pessoas idosas só passaram a ganhar maior evidência, cerca de trinta (30) anos após a mesma ser divulgada, sobretudo, na Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizado em Viena (Áustria), em 1982 e promovida pela ONU. Tal evento, resultou em um Plano de Ação Global, cujo enfoque foi garantir maior visibilidade ao

tema do envelhecimento humano entre as diferentes dimensões socioeconômicas mundiais (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014).

Já a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em Madri (Espanha), no ano de 2002, também promovida pela ONU, implicou no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, com enfoque no desenvolvimento de políticas internacionais e mudanças de atitudes e práticas em todos os níveis, visando assegurar melhor qualidade para envelhecer no século XXI, através da colaboração entre o Estado e a sociedade civil (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014).

Realizamos um recorte no discurso promovido por Kofi Annan (Secretário Geral das Nações Unidas), o qual traduz o teor das principais discussões levantadas na ocasião desta assembleia:

[...] sendo os governos os principais responsáveis pelo bem-estar da população idosa, devem realizar seu trabalho mediante alianças eficazes com todos os interessados: das organizações não governamentais ao setor privado, das organizações internacionais a educadores e profissionais da saúde e, certamente, as associações que reúnem os próprios idosos (ONU, 2002, p. 14).

No Brasil, a garantia dos direitos da pessoa idosa está expresso em três principais documentos, a saber: a Constituição Federal (1988), a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003).

A Constituição Federal Brasileira (1988), conhecida como a Constituição Cidadã, estabelece os direitos e deveres de seus cidadãos, alicerçada sobre o fundamento da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, art. 1º, Inciso III). Esta dignidade, é garantida aos idosos, uma vez que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988, art. 230).

Compreendemos, desta forma, que o direito à vida não diz respeito somente à longevidade, mas ao envelhecer com respeito, segurança, saúde, proteção e, sobretudo, inserção social. Esta última, objeto deste estudo, somente será plenamente alcançada quando o idoso for tratado como cidadão, integrante e participante da sociedade na qual está inserido, ou seja, nas palavras de Braga (2005), a sociedade só será ética quando reconhecer todos os ciclos da vida e:

[...] quando o Brasil reconhecer o potencial de seus membros idosos, passará a lutar para que o direito os reconheça como cidadãos. E, finalmente, se os idosos tiverem sua cidadania reconhecida e garantida, será possível dividir entre a família, o estado

e a sociedade, a responsabilidade e o prazer de cuidar daqueles, que estão envelhecendo. Quando estivermos neste grau de evolução, estaremos conquistando o nosso próprio espaço no futuro e resguardando a nós mesmos um envelhecimento digno (BRAGA, 2005, p. 161).

Buscando atingir tal objetivo, em 1994 foi promulgada a Política Nacional do Idoso (PNI), um conjunto de normas e diretrizes para nortear o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao idoso. O principal marco desta política, foi a descentralização das ações envolvendo estados e municípios, através da busca do estabelecimento de parcerias entidades governamentais e não governamentais (VICTOR *et al.*, 2019).

Após seis anos de espera, desde sua elaboração até sua aprovação através da Lei Federal 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, surgiu para consolidar os direitos da pessoa idosa, onde, em seu artigo 4º, afirma que “nenhum idoso ser objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei” (BRASIL, 2003).

Portanto, estabelece que todos os demais cidadãos tem o dever de prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso, estipulando os órgãos responsáveis por cuidar do cumprimento dos direitos da pessoa idosa: os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso (BRASIL, 2003).

Cielo e Vaz (2009), afirmam que o Estatuto do Idoso não apenas estabeleceu os direitos da pessoa idosa, mas criou um sistema completo de proteção deste idoso. Nas palavras de Sousa (2011, p. 178):

Com o envelhecimento populacional e a ascensão dos direitos humanos, os idosos estão obtendo a revalorização e o reconhecimento de seus direitos na atual sociedade, mas, ainda que legislações de âmbito federal, estadual e municipal estabeleçam atendimentos prioritários, ocorrem diuturnamente descumprimentos impunes. Situar o idoso no seio da família, individualiza-lo como cidadão é, portanto, imperioso para garantir todos os seus direitos previstos nos ordenamentos jurídicos, os quais existem em função do homem e da sociedade.

Porém, ainda mais difícil que garantir os direitos às pessoas idosas, é garantir os direitos às pessoas idosas que apresentam algum tipo de deficiência, tendo em vista a carência de políticas públicas e, até mesmo, publicações científicas acerca do tema (TORRES, 2018). Levantamos aqui, inquietações para o desenvolvimento de futuras pesquisas com o intuito de trazer visibilidade ao tema e aos indivíduos muitas vezes esquecidos pelo governo e pela sociedade civil.

6 CAPÍTULO VI - PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA PARA A PROMOÇÃO DA INTERGERACIONALIDADE - ARTIGO CIENTÍFICO



REVINT
REVISTA INTERDISCIPLINAR DE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ISSN 2358-6036
vol. 6, 2018



PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA PARA A PROMOÇÃO DA INTERGERACIONALIDADE

Main actions developed by the Universidade de Cruz Alta for the promotion of Intergeration

EHMKE, Diego Paes¹; SANTOS, Rômulo José Barboza dos²;
GONÇALVES, Pâmela Fanfa Ribeiro³; GARCES, Solange Beatriz Billig⁴.

RESUMO

O envelhecimento populacional, fenômeno mundial, acarretou uma série de consequências sociodemográficas, das quais podemos destacar o aumento do número de idosos na sociedade e, também, o preconceito por estes vivenciados. Nisto, a Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, enquanto Instituição Comunitária de Ensino Superior, possui o compromisso social do desenvolvimento de ações que visem a diminuição das desigualdades e a efetivação dos Direitos Humanos a todos os indivíduos. Destarte, o presente estudo tem por objetivo realizar um resgate das principais ações desenvolvidas pela UNICRUZ, no que diz respeito à promoção de ações que visem a melhora na qualidade do envelhecimento dos indivíduos, sobretudo à diminuição dos preconceitos relacionados à idade. Podemos perceber que a UNICRUZ desenvolveu diversas ações voltadas ao público idoso, que incluem desde a criação de um Grupo de Pesquisa próprio para o desenvolvimento de projetos e estudos acerca do tema, o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano (GIEEH), até a criação da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), um grupo onde pessoas da terceira idade da comunidade podem desfrutar de ações de promoção da saúde e inclusão social. Portanto, em toda sua história, a UNICRUZ sempre desempenhou seu papel para com a sociedade na qual está inserida, promovendo ações que contribuem para que ocorra a intergeracionalidade, ou seja, para que os idosos possam ocupar seu papel na sociedade, livres de preconceitos e estereótipos que lhes são atribuídos.

Palavras-chave: Idoso. Preconceito. Direitos Humanos. Convívio geracional.

ABSTRACT

Population aging, a worldwide phenomenon, has led to a series of sociodemographic consequences, of which we can highlight the increase in the number of elderly people in society and also the prejudice experienced by them. In this, the Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, as Community Institution of Higher Education, has the social commitment of the development of actions that aim at reducing inequalities and the realization of Human Rights to all individuals. Thus, the present study aims to perform a rescue of the main actions developed by UNICRUZ, regarding the promotion of actions aimed at improving the quality of the aging of individuals, especially the reduction of age-related prejudices. We can see that UNICRUZ has developed a number of actions aimed at the elderly, ranging from the creation of a Research Group for the development of projects and studies on the subject, the Interdisciplinary Group on the Study of Human Aging (GIEEH), to the creation (UNATI), a group where elderly people in the community can enjoy health promotion and social inclusion actions. Therefore,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Bolsista da CAPES. Enfermeiro graduado pela UNICRUZ. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano (GIEEH). E-mail: diegopaes.ehmke@gmail.com

² Acadêmico do 6º semestre do curso de Direito da UNICRUZ. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Integrante do Projeto de Pesquisa "Estado de Direito e Democracia: espaço de afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. E-mail: romulobarboza@hotmail.com.

³ Bolsista Junior do CNPq. Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: pfgoncalves2001@hotmail.com

⁴ Prof.^a Titular III da UNICRUZ. Docente Permanente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz. Líder e Pesquisadora do GIEEH. E-mail: sbgarces@hotmail.com

throughout its history, UNICRUZ has always played its role in the society in which it is inserted, promoting actions that contribute to the occurrence of intergenerationality, that is, so that the elderly can occupy their role in society, free of prejudices and stereotypes attributed to them.

Keywords: Old man. Preconception. Human rights. Generational conviviality.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial que vem se intensificando nas últimas décadas, contudo, no Brasil, esse fato é recente e acontece de forma acelerada. Conforme Borges, Campos e Silva (2015, p. 138):

A população brasileira vem passando por uma significativa transformação, caracterizada por alterações em seu regime demográfico e estrutura etária. Os níveis e padrões de mortalidade e fecundidade de todas as regiões do País modificaram-se de forma considerável nas últimas décadas, gerando desafios e oportunidades para a sociedade.

O progresso da ciência, com a evolução biomédica, tem possibilitado que, comparada com os séculos passados, a vida se estenda por muitos anos acima da expectativa média. Além da diminuição da mortalidade dos idosos, a diminuição da natalidade e da mortalidade infantil têm corroborado para que cada vez nasçam menos crianças e, conseqüentemente, ocorra o envelhecimento populacional (CAMARANO, 2004).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no ano de 2015, a composição da população brasileira evidencia a tendência a um envelhecimento demográfico, uma vez que o percentual de pessoas de 0 a 14 anos de idade passou de 26,5%, em 2005, para 21,0%, em 2015. Com relação à faixa etária de 15 a 29 anos de idade, no mesmo período, houve um decréscimo de 27,4% para 23,6%. Entretanto, os adultos com idades entre 30 a 59 anos passaram a representar de 36,2% para 41,0%, bem como o grupo dos idosos de 60 anos ou mais de idade, que aumentou de 9,8% para 14,3%, neste mesmo período (IBGE, 2016).

A esse fenômeno, chamamos de aumento da expectativa de vida, que tem gerado mudanças, também, nas estruturas e organizações familiares, pois tem proporcionado uma possibilidade de diversas experiências intergeracionais nas famílias brasileiras. Barros (2009, p. 46), destaca essa temática ao afirmar que “as transformações das relações intergeracionais nas famílias de camadas médias no Brasil têm sido examinadas pelo impacto, nas relações familiares, das redefinições da juventude e velhice”.

Para Motta, no sentido sociológico, geração designa “um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal” (2010, p. 229).

Assim, cada vez um maior número de famílias conta com a presença de idosos em sua constituição familiar. Com isso há uma possibilidade de convivência de diferentes gerações na mesma família. Até mesmo há “na sociedade longeva que vem se constituindo nas últimas décadas – quando, cada vez mais, frequentemente, coexistem quatro e até cinco gerações na mesma família, pois, desse ponto de vista, as gerações quase não se substituem, se sucedem” (ATTIAS-DONFUT, 1993 *apud* MOTTA, 2010, p. 230). Muitas vezes encontramos mais de uma geração de idosos convivendo, quando, em determinadas situações, ainda é comum, gerações de idosos cuidando uns dos outros.

Por isso, atualmente “as alterações demográficas e sociais têm vindo a demonstrar a importância do contato entre as gerações, que se assume como uma das estratégias para a promoção da solidariedade intergeracional” (RODRIGUES, 2012, p. 4). Porém, é perceptível, especialmente entre gerações mais jovens, preconceitos e discriminação em relação a pessoas mais velhas, conforme coloca Motta (2010, p. 227):

O preconceito/discriminação contra a idade se apresenta de forma menos perceptível, mais sutil que o sexismo, porque mais naturalizado pela evidência dos registros da passagem do tempo nos corpos. E os corpos são de várias idades, em suas diferentes transformações e possibilidades, individuais e sociais.

Motta (2010, p. 230), destaca ainda, que “cada momento histórico se realiza com a presença simultânea de várias gerações que, mesmo contemporâneas, não têm as mesmas experiências e trajetórias de vida”.

Todavia, essa convivência intergeracional não tem ocorrido de maneira tranquila. Mesmo com o aumento do número de idosos em escala mundial, ainda persiste o preconceito e descaso com essa parcela significativa da população.

O envelhecimento populacional do mundo tem se tornado um dos problemas sociais do momento. Os relacionamentos entre idosos e seus filhos adultos e netos envolvem grande complexidade emocional e sua qualidade está associada às condições de saúde física e mental dos idosos. Ainda se tem muito a aprender sobre as relações intergeracionais e maior atenção deve ser dada aos seus aspectos multidimensionais e à sua natureza sistêmica. A solidariedade entre as gerações é um princípio basilar da vida social e a família é seu mais forte motor, sendo fundamental para o bem-estar, saúde e desenvolvimento dos idosos. (RABELO; NERI, 2014, p. 148).

Como se observa nas explicitações dos autores, a solidariedade entre as gerações e o cuidado com o outro são aspectos essenciais para mudar essa realidade de discriminação e preconceito em relação às pessoas idosas. Essa preocupação é essencialmente relevante no meio familiar, até mesmo porque os indicadores de violência, tais como negligência, abandono e exploração, acontecem cada vez com maior frequência e no próprio grupo doméstico (MINAYO, 2013). Por outro lado, também preocupa a discriminação etária com relação a pessoa idosa, quando esta sai em busca de espaços que anteriormente era privilégio de jovens, tal como a Universidade, por exemplo:

Nas sociedades ocidentais, as atitudes sociais em relação aos idosos são predominantemente negativas, resultando na formação de preconceitos e estereótipos que tendem a relegar os idosos a condições de incapacidade, improdutividade, dependência e senilidade, assumidas como características comuns da velhice pelos próprios anciãos. Assim, é oportuno ressaltar que a velhice não é uma doença, mas sim uma fase da vida, onde as pessoas estão, em sua grande maioria, em boas condições de saúde física e psíquica (FILHO *et al.*, 2010, p. 156).

Nesse sentido, a UNICRUZ, como uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), concretizada a partir da Lei nº 12.881 de 12/11/2013 (embora sua constituição como Universidade tenha se dado em 21/10/1988), que conta com 3.000 alunos distribuídos em 21 cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato e Stricto sensu* é um “universo” ideal para que essa integração de gerações baseada em respeito, solidariedade e afeto se concretize. Ideal em razão de que, como temática social atual, a Universidade precisa dar conta dessa questão como responsabilidade social e, também, por ser o espaço marcado pela juventude e diversidade.

Destarte, é preciso tomar realidade essa convivência intergeracional, possibilitando, por meio de ações em espaços que possam ser experienciados por diversas gerações, inclusive os idosos, para que preconceitos e discriminações sejam derrubados e/ou evitados. Portanto, o objetivo do presente estudo é descrever as principais ações desenvolvidas pela UNICRUZ no que diz respeito à promoção da intergeracionalidade.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma Revisão de Literatura realizada a partir do Projeto de Pesquisa intitulado “Convivência Intergeracional na Universidade: mudando atitudes e diminuindo preconceitos”, aprovado no Edital 030/2018, do Programa Institucional

de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, PIBIC/CNPq/UNICRUZ, período 2018/2019.

Para tanto, realizou-se uma busca nas Bases de Dados EBSCO e BVS, a partir dos descritores: idoso, envelhecimento, intergeracionalidade, geração e preconceito. Além disso, foram também consultados os documentos institucionais da IES, no intuito de resgatar as principais ações da UNICRUZ no que diz respeito à promoção da intergeracionalidade, ou seja, do convívio pacífico entre diferentes gerações.

Resultados e Discussões

Considerando, então, que o envelhecimento é um fato que está em franca expansão, especialmente no Brasil, torna-se uma questão social, da qual as Universidades, também precisam dar conta. Como Universidade Comunitária, a UNICRUZ precisa estar atenta aos problemas sociais que afligem sua comunidade. Cruz Alta (RS) é uma cidade que tem em torno de 70 mil habitantes e mais de 13% da sua população se constitui de pessoas com mais de 60 anos, que conforme o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), são consideradas idosas.

Nisto, é preciso considerar que “as mudanças que constituem e influenciam o envelhecimento são complexas” (OMS, 2015, p. 13). Essas mudanças ocorrem em nível biológico/fisiológico, geralmente, relacionadas a perdas e, da mesma forma, em nível social com mudanças de papéis e posições sociais. Para compensar isso, os idosos precisam pensar em realizar e participar de outras atividades que otimizem suas possibilidades atuais.

Baseado nisso, a UNICRUZ coloca a questão do envelhecimento populacional como uma temática que é de sua responsabilidade social e, por isso, perpassa componentes curriculares nos cursos de graduação e pós-graduação, linhas de pesquisa e se concretiza em projetos de pesquisa e de extensão tanto na graduação, como na pós-graduação, por meio da produção científica. Ao mesmo tempo entende ser de sua responsabilidade social, disponibilizar o espaço universitário para que a população idosa usufrua do ambiente acadêmico e da convivência intergeracional. “Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades [...]. Mas para cada uma o mesmo tempo é um tempo diferente [...] (MANNHEIM, 1928, p. 124 *apud* MOTTA, 2010, p. 230).

Em razão disso, a UNICRUZ, desde os anos de 1990, insere a temática do envelhecimento em suas ações. No ano de 1999, a UNICRUZ participou da criação do Conselho Municipal do Idoso, cujos representantes institucionais até hoje tem representação e

atuação efetiva no mesmo. Em 2000, na UNICRUZ constituiu-se o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual sempre teve como objetivo ser o ponto de convergência na IES para a discussão de todas as temáticas pertinentes ao envelhecimento. Neste mesmo ano, a UNICRUZ iniciou a participação no Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas com Ações Voltadas ao Envelhecimento e do qual até hoje faz parte.

Outra ação importante da UNICRUZ, foi a criação da UNATI – Universidade Aberta à Terceira Idade, no ano de 2008, que fortaleceu a participação dos idosos na Universidade. Na proposta da UNATI, pessoas que estão em fase do climatério/menopausa e andropausa (50 anos ou mais) e pessoas com 60 anos ou mais, podem participar de ações de arte, cultura, inclusão digital, atividades físicas, conhecimentos relacionados à promoção e prevenção à saúde, violência, políticas públicas e direitos, entre outras.

O relatório global sobre aprendizagem ao longo da vida elaborado pela UNESCO em 2010 dá ênfase na aprendizagem ao longo da vida como atribuidora de um maior protagonismo aos indivíduos, dando oportunidades abertas, flexíveis de inserção da terceira idade em espaços educacionais. A busca de uma prática docente despida de preconceitos leva-nos ao caminho da igualdade e ao mesmo tempo à valorização das diferenças de gênero, cultura, cor, etnia, orientação sexual, deficiências, etc. Isso nos faz construir e fortalecer uma prática docente consciente voltada para a diversidade étnica e cultural da população brasileira. Trabalhar com a diversidade é um desafio, considerando o modelo padrão de uma educação tradicional que sempre teve como referencial a uniformidade, a homogeneidade. Esse é o momento de pensarmos em um novo modelo de educação menos excludente e seletivo pautado na diversidade e inclusão (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2013, p. 18587/18588)

Ainda, dentre as ações efetivadas pela UNICRUZ em relação ao envelhecimento, cabe destacar o trabalho desenvolvido com a questão do envelhecimento como um “Direito Humano”. Essas ações foram desenvolvidas por intermédio da inserção da UNICRUZ no Programa Rede Escola de Governo da FDRH (Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul) para executar o Programa de Gestão de Políticas Públicas para os Direitos Humanos, com ênfase em três eixos: diversidade de gênero (combate a homofobia), pessoas com necessidades especiais e diversidade geracional (envelhecimento), no período de 2011 a 2014. Essa participação possibilitou que a Universidade de Cruz Alta desenvolvesse 17 seminários sobre a Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa em todos os municípios dos 28 COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) do Rio Grande do Sul.

A UNICRUZ também teve projetos aprovados nos editais do PPSUS (Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde), nos anos de 2006 (01 projeto), 2009 (01 projeto) e 2013 (04 projetos), por intermédio dos pesquisadores do GIEH.

Como temática que envolve grupos minoritários e muitas vezes vulneráveis, entendemos ainda como conteúdo que precisa perpassar os Direitos Humanos, afinal, envelhecer com dignidade e qualidade de vida é um Direito Humano. Por isso, essa temática também é uma linha que está incluída no Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos (NAPDH) da UNICRUZ e que se desenvolve por meio do Fórum Permanente de Direitos Humanos, instituído no ano de 2012. O NAPDH, com caráter interdisciplinar, atua de forma coletiva, por meio de comunidade acadêmica e com a participação da comunidade externa, visando trabalhar a garantia dos direitos fundamentais de todo ser humano. Em 2016 o NPADH desenvolveu, especificamente, uma campanha de respeito às pessoas idosas, em razão de fatos que explicitaram preconceito com os idosos do UNATI no transporte coletivo e nos espaços institucionais da UNICRUZ, por parte dos acadêmicos de um curso de graduação.

No Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, no Mestrado Acadêmico há a oferta da disciplina eletiva “Cidadania e Inserção Social”, que tem como um de seus objetivos possibilitar a construção de projetos interdisciplinares que evidenciem práticas sociais voltadas para a cidadania com respeito aos Direitos Humanos e a cidadania. Constitui-se como uma disciplina eletiva no PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, pois entendemos que é uma questão social importante que se apresenta na contemporaneidade e os egressos do PPG precisam ter conhecimento aprofundado da temática para desenvolver práticas socioculturais, capazes de construir ações na comunidade que incluam a população idosa.

Portanto, a partir dessa exposição de argumentos percebe-se que a Universidade é um dos espaços institucionais que se constitui como a arena atual que possibilita a convivência de diferentes gerações. Para isso a universidade está trabalhando constantemente para o desenvolvimento de uma cultura de convivência intergeracional pacífica, sem discriminações e preconceitos.

Considerações Finais

Por essa razão, entendemos que as ações da Universidade de Cruz Alta com o intuito de institucionalizar atitudes educativas em Direitos Humanos e Diversidades na comunidade

acadêmica, sobretudo no que diz respeito à sensibilização de que seus sujeitos desenvolvam atitudes positivas em relação ao envelhecimento, oportunizará, nos cursos de graduação e pós-graduação, a convivência intergeracional e o desenvolvimento de uma cultura de paz entre as gerações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. A. P.; OLIVEIRA, R. C. S. A educação para e na terceira idade construindo na diversidade: uma inclusão necessária. Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. In: **Anais do XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 23 a 26 set. 2013. Curitiba-PR: PUC/PR, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.co.m.br/arquivo/pdf2013/7798_4486.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BARROS, M. M. L. Três gerações femininas em famílias de camadas médias. In: VELHO, G.; DUARTE, L. F. D. **Gerações, família, sexualidade**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009. p. 46-62. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2002/myriam%20moraes%20lins%20de%20barros.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BORGES, G. C.; CAMPOS, M. B.; SILVA, L. G. C. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. (Org). **Mudança Demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população**. IBGE, 2015, p. 138 – 151. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2018.
- FILHO, Herbert Rubens Koch; KOCH, Luiza Foltran de Azevedo; MARINO, Faria Nogueira Koch *et al.* Envelhecimento humano e ancianismo: revisão. **Revista Clínica de Pesquisa em Odontologia**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 155-60, 2010. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/AOR?dd1=3645&dd99=pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- MINAYO, M. C. de S. **Brasil: manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar**. Brasília-DF: Secretaria de Direitos Humanos

da Presidência da República, 2013. Disponível em: <<http://www.cedi.pr.gov.br/arquivos/File/CEDI/ManualViolenciaIdosogovfedweb.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MOTTA, A. B. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre envelhecimento. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/05.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

OMS, Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*, 2015. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

RABELO, D. F.; NERI, A. L. A Complexidade Emocional dos Relacionamentos Intergeracionais e a Saúde Mental dos Idosos. *Pensando Famílias*, n. 18, v. 1, p. 138-153, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100012>. Acesso em: 16 jul. 2018.

RODRIGUES, M. I. S. Atividades Intergeracionais: o impacto das atividades intergeracionais no desempenho cognitivo dos idosos. In: *Ciclo de Estudos em Gerontologia Social Aplicada. Anais do II Ciclo de Estudos em Gerontologia Social Aplicada*. Braga, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/1040_0.14/13657/3/Tese_Intergeracionalidade.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

7 CAPÍTULO VII - COMPORTAMENTOS E ATITUDES DOS ACADÊMICOS EM RELAÇÃO AOS IDOSOS E SUA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE

7.1 Descrição dos Resultados

7.1.1 Perfil dos Participantes da Pesquisa

Com relação à distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com o sexo, apresentaram maior participação, alunos do sexo feminino, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição por gênero dos Participantes da Pesquisa

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Masculino	291	40,9
Feminino	421	59,1
Total	712	100

A faixa etária correspondente entre 15 a 24 anos, predominou entre os participantes da pesquisa, representando 90% do total da amostra, conforme demonstrado na Tabela 2. Tal fato, já era esperado, uma vez que é justamente nesta faixa etária em que se conclui o ensino médio e se dá o ingresso ao ensino superior.

Tabela 2 - Faixa etária dos Participantes da Pesquisa

Faixa Etária	Frequência	Porcentagem (%)
Entre 16 a 24 anos	641	90
Entre 25 a 34 anos	57	8
Entre 35 a 44 anos	10	1,4
Entre 45 a 54 anos	03	0,4
Entre 55 a 59 anos	01	0,1
Total	712	100

Destacamos, que o participante de menor idade, possuía 16 anos, sendo aluno do Curso de Biomedicina, enquanto que o de maior idade, do Curso de Pedagogia, com 58 anos,

conforme os critérios de inclusão nos quais restringimos a participação de acadêmicos com idade igual ou superior a 60 anos.

7.1.2 Escala de Relação com a Pessoa Idosa (ROPE)

Os resultados dessa Escala indicam a frequência com que as pessoas se relacionam com os idosos e visa responder a três questões básicas: qual a prevalência com que comportamentos preconceituosos ocorrem na sociedade; quais os tipos mais frequentes de comportamentos ageistas; e, que tipos de pessoas relatam mais comportamentos ageistas.

Os dados obtidos através das respostas dos participantes do estudo para a Escala ROPE foram divididos em 2 tabelas, sendo, na Tabela 3, apresentados os resultados que dizem respeito ao ageismo positivo e na Tabela 4, os resultados referentes ao ageismo negativo:

Tabela 3 - Resultados da Escala ROPE Positiva

Questão	Nunca (%)	Raramente (%)	Frequentemente (%)	Total (%)
A1 - Elogiar pessoas idosas por sua boa aparência, apesar de suas idades.	7,7	38,4	53,9	100
A3 - Gostar de conversar com pessoas idosas devido a sua idade.	2,8	14,5	82,7	100
A5 - Segurar portas abertas para pessoas idosas por conta de suas idades.	3,5	19,5	77	100
A7 - Oferecer-se para ajudar uma pessoa idosa a atravessar a rua.	19,1	53,4	27,5	100
A8 - Quando descubro a idade de uma pessoa idosa digo "Você não aparenta ter tudo isto".	18,4	52,4	29,2	100
A9 - Pedir conselho a um idoso por conta de sua idade.	10,7	40,4	48,9	100
Média	10,4	36,4	53,2	100

Podemos perceber na tabela acima que, a maioria dos participantes afirmou frequentemente gostar de conversar com pessoas idosas devido a sua idade (82,7%), assim

como segurar portas abertas para pessoas idosas por conta de suas idades (77%). Com relação a oferecer-se para ajudar uma pessoa idosa a atravessar a rua 19,1% relataram nunca o fazer, assim como quando descobrem a idade de uma pessoa idosa dizerem “você não aparenta ter tudo isto” (18,4%).

Tabela 4 - Resultados da Escala ROPE Negativa

Questão	Nunca (%)	Raramente (%)	Frequentemente (%)	Total](%)
A2 - Enviar mensagens de aniversário para pessoas idosas com piadas sobre suas idades.	77,1	17,6	5,3	100
A4 - Contar a pessoas idosas piadas sobre velhice.	80,2	16,7	3,1	100
A6 - Dizer para uma pessoa idosa: “Você está velho(a) demais para isto”.	86,1	12,4	1,5	100
A10 - Quando uma pessoa idosa tem uma doença digo: “Isso é normal na sua idade”.	72,9	22,6	4,5	100
A11 - Quando uma pessoa idosa não consegue lembrar de algo digo: “Olha a idade chegando”.	55,8	30,3	13,9	100
A12 - Falar alto ou devagar com pessoas idosas por conta de suas idades.	23,6	33,7	42,7	100
A13 - Usar vocabulário simples ao conversar com pessoas idosas.	12,4	28,6	59	100
A14 - Votar em uma pessoa idosa por conta de sua idade.	70,6	26,5	2,9	100
A15 - Não votar em uma pessoa idosa por conta de sua idade.	76	20,2	3,8	100
A16 - Evitar contato com pessoas idosas.	92	6,6	1,4	100
A17 - Chamar idosos(as) de mal humorados(as).	76,3	19,6	4,1	100
A18 - Quando há um motorista lento em minha frente penso: “Deve ser um idoso”	73,7	19,1	7,2	100
A19 - Chamar uma mulher idosa de “jovem senhora” ou chamar um homem de “jovem senhor”.	64,2	23,9	11,9	100
Média	66,2	21,4	12,4	100

Em relação à Tabela 4, a maior média encontrada foi quando 86,1% dos participantes referiram nunca dizer para uma pessoa idosa: “você está velho(a) demais para isto”. Já a menor média foi obtida quando apenas 1,4% dos discentes que participaram da pesquisa afirmaram evitar contato com pessoas idosas.

7.1.3 Escala Fraboni de Idadismo

A Escala Fraboni de Idadismo (FRABONI, SALSTONE; HUGHES, 1990 - validado por NETO, 2004; VIEIRA, 2018) avalia o ageísmo explícito, através de aspectos cognitivos e afetivos do preconceito, a partir de três níveis reconhecidos por Allport (1954): antilocução, evitamento e discriminação. A **antilocução**, ocorre quando há referência a um grupo-alvo, neste caso os idosos, de forma depreciativa baseada em informações imprecisas e/ou errôneas. O **evitamento**, por sua vez, ocorre quando se restringe ou limita o contato com o grupo-alvo. Já, a **discriminação** é o tratamento diferenciado e muitas vezes excludente ao grupo-alvo.

Na Tabela 5, apresentam-se os dados referentes à Escala Fraboni de Idadismo. Lembramos que as questões B19, B20, B21, B22, B25 e B27, necessitam de atenção diferenciada em relação às demais, uma vez que os resultados nos índices de “Discordo”, “Discordo totalmente”, “Concordo” e “Concordo totalmente”, refletem o oposto, pois denotam atitudes positivas em relação ao envelhecimento. Por este motivo, estas foram grifadas em negrito, para maior destaque durante a leitura.

Tabela 5 - Resultados da Escala Fraboni de Idadismo

Questão	Discordo totalmente (%)	Discordo (%)	Estou em dúvida (%)	Concordo (%)	Concordo totalmente (%)
B1 - A maioria dos idosos é mesquinha e gosta de acumular dinheiro e posses.	30,5	43,1	13,2	12,8	0,4
B2 - A maioria dos idosos não se interessa em fazer novos amigos, preferindo o círculo de amigos que já tem por anos.	23,5	37,4	18	19,1	2
B3 - A maioria dos idosos está presa ao passado.	16,9	41,6	18,7	22,1	0,7
B4 - A maioria dos idosos não é confiável para tomar conta de crianças.	34,6	47,5	11,7	5,9	0,3
B5 - A maioria dos idosos fica mais feliz quando está com pessoas de sua idade.	9,8	33,4	28,5	23,7	4,6
B6 - A maioria dos idosos não tem boa	35,1	44,1	17,3	3,5	-

higiene pessoal.

B7 - A maioria dos idosos pode ser irritante por contar as mesmas histórias várias vezes.	32,7	47,6	11,4	7,6	0,7
B8 - Os idosos reclamam mais de tudo do que os jovens.	30,5	43,4	16,2	9,6	0,3
B9 - Eu preferiria não ir a uma festa voltada à idosos se fosse convidada.	35	40,6	16,3	7,7	0,4
B10 - O suicídio de jovens é mais trágico que o suicídio de idosos.	41,3	29,8	11,5	14,6	2,8
B11 - Às vezes eu evito contato visual com idosos quando os vejo.	66,3	30,3	2,9	0,5	-
B12 - Sinto-me incomodado quando idosos tentam puxar conversa comigo.	62,8	35,3	1,3	0,6	-
B13 - Não dá para esperar conversas interessantes com a maioria dos idosos.	70,1	27,8	2	-	0,1
B14 - Provavelmente é comum sentir-se deprimido quando está em companhia de idosos.	62,2	35,4	2	0,1	0,3
B15 - Os idosos deveriam apenas arranjar amigos de sua faixa etária.	76,3	21,5	1,8	-	0,4
B16 - Idosos não deveriam sentir-se bem-vindos em confraternização de jovens.	76,5	21,7	1,5	0,3	-
B17 - Os idosos não precisam participar das atividades esportivas oferecidas na cidade.	70,9	24,4	2,2	1,4	1,1
B18 - É melhor que os idosos vivam onde não irão incomodar ninguém.	78,8	19,8	0,3	0,4	0,7
B19 - A companhia da maioria dos idosos é bastante agradável.	3,8	2,8	4,7	49,9	38,8
B20 - É triste ouvir sobre a situação de exclusão de muitos idosos em nossa sociedade.	2,5	2,2	1,7	41,2	52,4
B21 - Idosos devem ser incentivados a ter opinião política.	1,7	7,3	10,4	38,7	41,9
B22 - A maioria dos idosos são pessoas muito interessantes.	2,1	3,7	7	43,8	43,4
B23 - Pessoalmente, eu não gostaria de passar muito tempo com um idoso.	44,9	37,9	8,6	3,8	4,8
B24 - Complexos esportivos deveriam ter sempre locais separados para que os idosos joguem entre si, em seu nível.	15,4	24,9	20,6	26,3	12,8
B25 - Idosos merecem os mesmos direitos e	3,4	6,3	5,8	33	51,5

liberdades concedidos aos outros membros de nossa sociedade.

B26 - A maioria dos idosos deveria ser impedida de renovar suas carteiras de motorista.	19,8	40,4	30,1	8,6	1,1
B27 - Idosos podem ser muito criativos.	3,2	3,2	2,7	45,1	45,8
B28 - Eu preferiria não viver com um idoso.	58,6	33,1	7	1	0,3
B29 - Idosos não precisam de muito dinheiro para suprir suas necessidades.	46,9	28,1	14	8,2	2,8

Atentamos ao fato de 78% dos participantes discordarem totalmente de que é melhor que os idosos vivam onde não irão incomodar ninguém. Já 28,5% dos discentes participantes, afirmaram estar em dúvida ao serem questionados se a maioria dos idosos fica mais feliz quando está com pessoas de sua idade. Ainda, nenhum participante da pesquisa relatou concordar totalmente que a maioria dos idosos não tem boa higiene pessoal, bem como que não se sente incomodado quando idosos tentam puxar conversa consigo.

7.1.4 Escala sobre Ageísmo no Contexto Organizacional – EACO

A Escala sobre Ageísmo no Contexto Organizacional foi aplicada ao âmbito acadêmico, onde avaliaram os acadêmicos mais velhos e mais jovens em relação a: adoecimento, rapidez ou lentidão no desenvolvimento das tarefas, produtividade, compreensão das rotinas, capacidade de concentração e memória, comprometimento, habilidade na resolução de problemas, persistência, conhecimento, capacidade para lidar com pressões e prazos acadêmicos e assiduidade, comparando uma faixa etária a outra. Foi esclarecido aos participantes que os estudantes mais velhos representavam pessoas com 60 anos ou mais. Já os estudantes mais jovens representavam as pessoas entre 18 e 35 anos.

A escala foi composta por 14 itens, dispostos em duas dimensões:

- a) atitudes negativas diante do envelhecimento, abrangendo 8 itens, definidos principalmente por aspectos cognitivos e de saúde; e,
- b) atitudes positivas, abrangendo 6 itens, definidos principalmente por aspectos afetivos.

Dividimos os resultados obtidos através da EACO em duas tabelas, nas quais a Tabela 6 diz respeito à Dimensão negativa do ageísmo organizacional, enquanto que a Tabela 7, trata sobre a Dimensão positiva.

Tabela 6 - Resultados da EACO: Dimensão negativa

Questão	Discordo totalmente (%)	Concordo totalmente (%)	Total (%)
C1 - Estudantes mais velhos levam mais tempo para realizar atividades no ambiente acadêmico.	67,8	32,2	100
C2 - Estudantes mais velhos costumam adoecer com mais facilidade.	54,2	45,8	100
C3 - Estudantes mais velhos costumam faltar mais as aulas.	63,1	36,9	100
C4 - Estudantes mais jovens costumam ter maior capacidade de concentração.	52	48	100
C5 - Os estudantes mais velhos tendem a esquecer novas tarefas.	54,5	45,5	100
C7 - Estudantes mais jovens são mais produtivos do que os mais velhos.	48,9	51,1	100
C11 - O envelhecimento afeta a produtividade nos estudos.	52,9	47,1	100
C14 - Estudantes mais jovens compreendem e dominam melhor as tecnologias do que os mais velhos.	43,1	56,9	100

Destacamos que a maior média obtida na Tabela 6, foi na questão em que 67,8% dos participantes afirmaram discordar totalmente de que estudantes mais velhos levam mais tempo para realizar atividades no ambiente acadêmico. Já a maior média de concordância dentre os participantes, 56,9%, diz respeito a questão que buscava responder se os estudantes mais jovens compreendem e dominam melhor as tecnologias do que os mais velhos.

Tabela 7 - Resultados da EACO: Dimensão positiva

Questão	Discordo totalmente (%)	Concordo totalmente (%)	Total (%)
C6 - Estudantes mais velhos são mais persistentes do que os mais jovens.	48,3	51,7	100
C8 - Estudantes mais velhos são mais comprometidos com os estudos do que os mais jovens.	45,1	54,9	100
C9 - De modo geral, estudantes mais velhos têm mais conhecimento dos conteúdos das aulas.	43	57	100
C10 - Estudantes mais velhos são mais capazes de lidar com as pressões e prazos acadêmicos.	42,6	57,4	100
C12 - Estudantes mais velhos têm mais habilidade para resolver problemas do que os mais jovens.	46,2	53,8	100

C13 - Estudantes mais velhos tendem a dialogar mais com os professores e/ou colaboradores do que os mais jovens.	43	57	100
--	----	----	-----

Quanto a Tabela 7, a maior média pode ser observada quando 57,4% dos participantes afirmaram concordar totalmente que estudantes mais velhos são mais capazes de lidar com as pressões e prazos acadêmicos. Já a maior média dos que discordaram totalmente, 48,3%, foi quando questionados se estudantes mais velhos são mais persistentes do que os mais jovens.

7.2 Discussão dos Resultados

7.2.1 Perfil dos Participantes da Pesquisa

No último censo realizado pelo IBGE em 2010, a média nacional da proporção de alunos matriculados no ensino superior do sexo feminino era de 54%, enquanto que a masculina, de 46%. Portanto, a UNICRUZ possui maior número de alunos do sexo feminino matriculados (59,1%), do que a média nacional. Tal dado se mostrou condizente também com a distribuição da população por sexo, tanto a nível municipal, estadual e nacional, em que sempre o sexo feminino prevalece (IBGE, 2010).

Apesar do grupo etário prevalente ser o público jovem, no qual 90% dos participantes da pesquisa afirmaram possuir entre 15 e 24 anos, a UNICRUZ estimula o (re)ingresso no ensino superior de pessoas de todas as idades, através do Programa de Bolsas Institucionais (PROBIN), instituído em 2017 e que, dentre diferentes modalidades de ingresso, destacamos o estímulo à população idosa em retornar à sala de aula através do desconto de 50% do valor da mensalidade, aos alunos com 60 (sessenta) anos ou mais (UNICRUZ, 2018).

Este (re)ingresso à sala de aula, é fator de suma importância para que o idoso venha a se sentir integrado na sociedade, valorizado profissionalmente e, principalmente, realizado enquanto ser humano (REIS; MEIRA; MONTINHO, 2018).

Através dos últimos dados publicados pela PNAD (2017), referentes ao Censo de Educação Superior de 2017, haviam no Brasil 18,9 mil universitários com idades entre 60 e 64 anos. Na faixa etária acima dos 65 anos, o número era de 7,8 mil indivíduos. Tais dados podem parecer insignificantes frente ao universo de matrículas na educação superior no período citado, cerca de 8,2 milhões. Entretanto, esta foi a faixa etária que apresentou maior crescimento desde 2013, 46,3%, enquanto que as matrículas de jovens entre 19 e 24 anos correspondeu à 15,4%.

Juntamente com esse crescente aumento no número de idosos em sala de aula, é cada vez mais frequente o relato de ageísmo. Este, pode ser compreendido como toda e qualquer representação social discriminatória, baseada apenas na idade, podendo assim, ser direcionada a qualquer grupo etário, tanto aos jovens quanto aos idosos (SOARES, 2014).

Entretanto, o consenso é de que o ageísmo está mais associado à pessoa idosa, uma vez que é a mais aceita forma de discriminação idadista, estando arraigada na própria cultura ocidental (KOCH-FILHO *et al.*, 2012).

Entretanto, sugerimos que futuramente sejam produzidos outros estudos semelhantes direcionados à uma amostra composta exclusivamente por idosos, a fim de comparação dos resultados obtidos em nosso estudo.

7.2.2 Escala de Relação com a Pessoa Idosa (ROPE)

Butler (1969), faz aceção entre o ageismo intencional e o não intencional, sendo o primeiro caracterizado pelas atitudes, ideias, regras ou práticas com o prévio conhecimento que são discriminatórias, sempre buscando o proveito da vulnerabilidade da pessoa idosa. O segundo, ageismo não intencional, pode ser caracterizado pela inexistência da consciência de que são práticas discriminatórias.

Por sua vez, Cherry e Palmore (2008), ao desenvolverem a Escala ROPE, afirmaram a existência de dois tipos de ageismo: o ageismo positivo e o negativo. Para os autores, o ageismo negativo é a explícita manifestação de comportamentos e atitudes baseados em estereótipos negativos do envelhecimento, como fraqueza, impotência, desvalorização e morte. Já, o ageismo positivo, ou “pseudopositivo” conforme colocado por Vieira (2018), embora surja na tentativa de denotar respeito, cuidado e atenção, pode acabar também velando estereótipos negativos relacionados ao envelhecimento, como fragilidade, inteligência diminuída e infantilização.

Esta última, é descrita como um dos aspectos mais prejudiciais para os idosos, pois advém da ideia equívoca de que as pessoas mais velhas são como as crianças, têm a capacidade intelectual reduzida, má audição e as funções cognitivas mais lentas (SANTOS; LAURENTINO, 2015).

Em seu estudo publicado em 2016, Marques descreve a realização de uma revisão na literatura acerca da linguagem infantilizada direcionada ao idoso, também designada por linguagem ageista, organizando os resultados obtidos no quadro a seguir relacionado:

Quadro 8- Características da linguagem infantilizada direcionada aos idosos

Características	Autor
Fala vagarosa, discurso simplificado e de baixa qualidade.	Couto (2009)
Falar em voz alta, num tom agudo e com entoação exagerada, utilização de palavras e expressões que habitualmente se utilizam com crianças e animais de estimação- conversa de bebê.	Caporael (1981); Hummert (1994); Kemper (1994); Ryan, Hummert e Boich (1995); O'Connor e Rigby (1996)
Vocabulário simples ou infantil, utilização de diminutivos, gramática simplificada, redundância, forma de tratamento excessivamente familiar (por exemplo: Tratar a pessoa pelo apelido), utilização de termos carinhosos (por exemplo "querida"), referência na terceira pessoa, exagero nos elogios em pequenas realizações, tom de voz alto, entoação e pronúncia exageradas.	Ryan (2000)
Excesso de acomodação, excesso de educação, tom de voz alto e lento, exagero na entoação, frases simples.	Giles et al (1994)
Excesso de educação, tom de voz mais alto e lento, exagero na entoação, discurso mais simples, ajuda desnecessária (assumindo que as pessoas idosas não o conseguem fazer sozinhos), não ter em conta a opinião das pessoas idosas.	Nelson (2006)

Fonte: Marques, 2016, p. 21.

Em nossa pesquisa, quando questionados acerca da frequência com que falam alto ou devagar com pessoas idosas por conta de suas idades (A12), 42,7% dos participantes afirmaram frequentemente. Ainda, 59% referiram usar vocabulário simples ao conversar com pessoas idosas (A13).

Estes dados corroboram com a pesquisa apresentada por Marques (2016), visto que, apesar de 82,7% dos acadêmicos afirmaram frequentemente gostar de conversar com pessoas idosas devido a idade que apresentavam (A3), tais atitudes sugerem uma tentativa de mascarar o estereótipo de que o nível intelectual da conversa com um indivíduo se torna inversamente proporcional à idade que o mesmo apresenta, seja através da utilização de palavras mais

simples ou até mesmo a entonação de voz mais aguda, sendo estas as principais características de uma tentativa de infantilização da pessoa idosa, conforme os autores supracitados.

Além disso, Cherry e Palmore (2008), atentam para valorização exagerada de atributos positivos aos idosos, como experiência e conhecimento, uma vez que podem desencadear sentimento de frustração por parte dos idosos, por estes não conseguirem atingir os objetivos e as projeções impostas pela sociedade. Em nossa pesquisa, 48,9% afirmaram frequentemente pedir conselho a um idoso por conta de sua idade (A9) e 40,4% responderam que raramente o fazem, totalizando, 89,3% dos participantes.

Soares (2014), em uma pesquisa desenvolvida em um Agrupamentos de Centros de Saúde de Portugal, onde buscou identificar e quantificar os comportamentos idadistas por parte de diferentes profissionais de saúde no seu relacionamento com pessoas idosas, destaca que os comportamentos ageistas positivos são os mais difíceis de serem identificados e combatidos, uma vez que estão implícitos na sociedade, arraigados culturalmente na forma de cortesia e boas maneiras sociais, como demonstrado em nosso estudo, em que 77% dos participantes referiram que frequentemente seguram portas abertas para pessoas idosas por conta de suas idades (A5); 53,9% frequentemente elogiam pessoas idosas por sua boa aparência, apesar de suas idades (A1); e, quando se trata de oferecer-se para ajudar uma pessoa idosa a atravessar a rua (A7), 53,4% o fazem com frequência e, 27,5%, raramente. Além disso, apenas 18,4% responderam que nunca dizem “você não aparenta ter tudo isto” quando descobrem a idade de uma pessoa idosa (A8), sendo que 52,4% o fazem raramente e 29,2%, frequentemente.

Desta forma, tanto os estereótipos positivos como os negativos afetam a pessoa idosa, contribuindo para o surgimento de sentimentos negativos para com a sua imagem, sua capacidade funcional e de relacionamento (OLIVEIRA, 2012). Dentre os principais estereótipos negativos associados à velhice identificados por Cherry e Palmore (2008), destacamos a impotência sexual, declínio e/ou doença mental, isolamento, inutilidade, pobreza e depressão.

Amaro (2012), afirma que todo e qualquer estereótipo diz respeito às ideias e atitudes que são partilhadas por uma mesma cultura e comunidade, em um delimitado tempo histórico e que são ativados automaticamente quando na presença de estímulos contextuais. Entretanto, quando se trata de envelhecimento, os estereótipos ligados a velhice decorrem principalmente da ausência de contato com pessoas idosas (AMARO, 2012). Esta afirmação corrobora com a Teoria da Hipótese do Contato Social, elaborada por Paúl (2000), o qual afirma que quanto

maior for a exposição e o contato com os idosos, menor será a disponibilidade aos recursos estereótipos e, conseqüentemente, maior será a consideração dos atributos individuais.

Em nosso estudo, também identificamos a presença de estereótipos negativos que revelam tanto o ageísmo intencional quanto o ageísmo não intencional, embora que em menores proporções se comparados ao ageísmo positivo.

As questões da Escala ROPE que bem retrataram os estereótipos negativos atribuídos aos idosos, foram: quando uma pessoa idosa tem uma doença digo: “isso é normal na sua idade” (A10), onde 22,6% raramente referiram fazer; e, quando uma pessoa idosa não consegue lembrar de algo digo: “olha a idade chegando” (A11), em que 30,3% afirmam raramente o fazer, seguidos de 13,9%, que frequentemente afirmam o fazer.

Na questão que tratava mais claramente do ageísmo intencional, “evitar contato com pessoas idosas” (A16), 92% afirmaram nunca o fazer. Entretanto, os 8% restantes dividem-se em raramente (6,6%) e frequentemente (1,4%). Isto significa que, em nossa amostra, composta por 712 discentes, 47 destes embora que raramente, ainda evitam o contato com pessoas idosas, e, 10 acadêmicos frequentemente o fazem.

Nisto, relacionamos tais resultados com o que foi proposto por Amaro (2012, p. 5), em que “[...] a probabilidade dos estereótipos negativos incitarem atitudes e discriminações negativas é maior que estereótipos positivos incitarem atitudes positivas, principalmente quando são aplicados a pessoas de idade mais avançada.” Isto nos leva a refletir acerca do impacto negativo que estes 10 discentes podem causar no meio ao qual estão inseridos, bem como quais as estratégias para que este evitamento para com os idosos possa ser superado, estimulando o convívio pacífico intergeracional, tanto em meio acadêmico, quando social.

Dentre as outras questões da Escala ROPE que também retratam o ageísmo negativo, destacamos: enviar mensagens de aniversário para pessoas idosas com piadas sobre suas idades (A2), onde 22,9% assinalaram o fazer (17,6% raramente e 5,3% frequentemente); contar a pessoas idosas piadas sobre velhice (A4), em que 19,1% disseram que o fazem (16,7% raramente e 3,1% frequentemente); dizer para uma pessoa idosa: “você está velho(a) demais para isto” (A6), em que 13,9% afirmaram o fazer (12,4% raramente e 1,5% frequentemente); não votar em uma pessoa idosa por conta de sua idade (A15), onde 20,2% afirmaram fazer raramente; e, chamar idosos(as) de mal humorados(as) (A17), onde 19,6% referiram raramente fazer, enquanto que, 4,1% frequentemente.

7.2.3 Escala Fraboni de Idadismo

Em nosso cotidiano, não raramente presenciamos situações no trânsito em que o idoso é desrespeitado, seja através de uma buzina, um comentário e até mesmo de um xingamento diretamente relacionado à sua idade. Destacamos ainda, o fato de que 26,3% dos participantes afirmaram que quando há um motorista lento em minha frente penso: “deve ser um idoso” (A18), sendo estes divididos em 19,1% que assinalaram raramente e 7,2%, frequentemente.

Estes dados podem ser relacionados com os obtidos através da Escala Fraboni de Idadismo, uma vez que quando questionados se a maioria dos idosos deveria ser impedida de renovar suas carteiras de motorista (B26), 30,1% afirmaram estar em dúvida, 8,6% concordaram e 1,1% concordaram totalmente.

Logo, 39,8% não discordaram da possibilidade de um indivíduo ser impedido de renovar sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) por conta de sua idade, o que caracteriza claramente como um comportamento ageista. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 2019), não há limite de idade para uma pessoa continuar dirigindo, entretanto, o que muda é que, após os 65 anos de idade, a periodicidade da renovação da CNH, com realização de exames médicos e psicológicos, diminui de 5 para 3 anos, podendo até chegar a 2 anos, conforme avaliação médica. Em 2019, 12% do montante total de motoristas que possuíam CNH ativa no Estado do Rio Grande do Sul, eram idosos acima de 65 anos (DETRAN, 2019).

Em seu estudo publicado em 2019, Ernst e Novelo concluíram que, embora o processo de envelhecimento ocasione algumas perdas das habilidades psicomotoras dos indivíduos, estes podem autorregular ou mesmo mudar seus comportamentos de condução, resultando em um processo de compensação desses declínios. Os autores ainda complementam que:

Uma mudança natural oriunda do decorrer da vida, que apresenta uma série de consequências negativas, é a perda da mobilidade. Conduzir um veículo, por outro lado, é uma forma de mobilidade muito importante em idosos para a manutenção da sua independência e saúde mental, sendo um suprimento desta falta de mobilidade. Um número de consequências negativas, assim, pode surgir das reduções na capacidade de mobilidade de uma pessoa, pois o ato de dirigir, desacompanhado dos processos autorregulatórios, em vez de ser um suprimento para a falta de mobilidade, pode se tornar um problema maior (ERNST; NOVELO, 2019, p. 31).

Em relação aos demais dados resultantes da aplicação da Escala Fraboni de Idadismo, o que mais nos chamou a atenção, foi quando questionados se os idosos merecem

os mesmos direitos e liberdades concedidas aos outros membros de nossa sociedade (B25), em que 3,4% referiram discordar totalmente, 6,3% discordar e 5,8% ficaram em dúvida. Isto resulta em 15,5%, ou seja, 110 acadêmicos não concordam que os idosos merecem os mesmos direitos e liberdades, igualmente garantidas a todos os membros da sociedade.

Este fato mostrou-se alarmante, uma vez que a referida amostra é composta por acadêmicos de diferentes cursos de graduação, que deveriam possuir respeito e valor pela vida humana. Logo, era de se esperar que estes concordassem unanimemente que os idosos possuem os mesmos direitos que os demais membros da sociedade, pois de acordo com o Capítulo I da Constituição Federal, o qual trata acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988, art. 5º).

De acordo com a classificação do Nível de Preconceito proposto por Allport (1954), onde mais evidenciamos a Discriminação por parte dos participantes em relação aos idosos, foi quando questionados se suicídio de jovens é mais trágico que o suicídio de idosos (B10), em que 17,4% destes concordaram. Esta analogia a esse pensamento de que “é preferível” um idoso perder a vida em detrimento a uma pessoa mais jovem, estamos vivenciando atualmente em razão da pandemia do COVID-19, doença ocasionada por Coronavírus 2019. “Em fevereiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde nomeou a doença como COVID-19. [...] O vírus que causa a COVID-19 é designado Coronavírus relacionado à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2); previamente, era referenciado como 2019-nCoV.” (MCINTOSH; HIRSCH; BLOOM, 2020, p. 1).

“Indivíduos de qualquer idade podem adquirir a infecção do coronavírus relacionado à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2), embora adultos de meia idade e mais velhos sejam mais comumente afetados, e idosos têm maior propensão a terem a doença grave” (MCINTOSH; HIRSCH; BLOOM, 2020, p. 5).

Essa pandemia mundial, fez então com que, em muitos países os hospitais estivessem com a capacidade de atendimento em leitos de UTI – Unidades de Tratamento Intenso lotadas e filas de espera por estes. Com essa situação adotaram-se estratégias de atendimento em que as escolhas de atendimento recaíram para os jovens em detrimento aos idosos.

Embora a “Idade avançada seja também associada ao aumento da mortalidade, com taxas de mortalidade de 8 e 15% entre aqueles com 70 a 79 anos e 80 anos ou mais, respectivamente” e “Achados similares foram relatados na Itália, com taxas de mortalidade de 12 e 20% entre aqueles com 70 a 79 anos e 80 anos ou mais, respectivamente” (MCINTOSH; HIRSCH; BLOOM, 2020, p. 5), há muitos adultos jovens sendo infectados e

vindo à óbito. Todavia, por serem os idosos grupos de risco para essa infecção, a probabilidade de necessidade de internação e cuidados intensivos é alta e a consequente discriminação por idade para preferência nos atendimentos está se concretizando, conforme explicitado por Lloyd-Sherlock (2020, p. 1):

Em muitos países de baixa e média renda, os idosos já enfrentam grandes barreiras de acesso a serviços de saúde, incluindo a discriminação por idade (SLEAP, 2018). A disseminação global da Covid-19 e seu impacto sobre as pessoas idosas correm o risco de aumentar a desigualdade nos sistemas de saúde e a marginalização dos idosos.

Portanto, em meio a essa situação mundial ocasionada pelo COVID-19 aparecem indícios fortes de estratégias discriminatórias em razão da idade, o que merecerá com certeza necessidade de pesquisas para aprofundamento, já que ainda estamos vivenciando essa pandemia.

Ainda, em relação ao suicídio, conforme questionado no instrumento de pesquisa, um estudo publicado por Santos *et al.* (2019), apontou que apesar de o suicídio ainda ser considerado um tabu em nossa sociedade, este não faz distinção de classe social, idade e raça. A média nacional de suicídios no Brasil está em torno de 4,5 a cada 100.000 (cem mil) habitantes e as estimativas são ainda mais alarmantes quando se tratam das tentativas de suicídio, em que estas superam em número a taxa de suicídios em pelo menos dez vezes (CARVALHO *et al.*, 2017). Os autores ainda destacam que, apesar de nosso país não apresentar taxas de suicídio tão elevadas quando comparado a outros países, o número de suicídio entre idosos é o que apresenta a maior média, sendo atualmente considerada a faixa etária mais vulnerável ao suicídio em todo o mundo (CARVALHO *et al.*, 2017).

Com relação aos locais e meios mais frequentes de suicídio no Brasil, em 51% das vezes ocorre na própria residência, predominando entre homens o enforcamento, morte por armas de fogo e envenenamento, e, entre as mulheres, o enforcamento, morte por fumaça ou fogo, precipitação de altura, morte por arma de fogo e envenenamento por pesticidas (CAVALCANTE; MINAYO, 2015).

Quanto aos motivos que levam o indivíduo a cometer suicídio, há descrito na literatura uma multiplicidade de fatores precipitantes, dos quais destacam-se a depressão (tanto como doença quanto associada a perdas familiares, pessoais e financeiras); sofrimento decorrente de doenças crônicas, psíquicas, dolorosas e/ou que incapacitem funcionalmente o indivíduo; histórico de abuso de álcool e outras drogas; vivência de violências durante o ciclo da vida; e, abandono (CAVALCANTE; MINAYO, 2015).

Ou seja, se o isolamento ou distanciamento familiar e social do idoso contribui significativamente para que o mesmo atente para com sua própria vida, logo, é de se concluir que a convivência intergeracional acaba se configurando em um fator de prevenção do suicídio, uma vez que

[...] vários estudos em todo o mundo vêm mostrando: é na dinâmica existencial e nos sofrimentos por elas considerados insuportáveis que o comportamento suicida se manifesta. Chama atenção na reflexão dos idosos, de um lado, um sentimento de falta de um lugar significativo para eles, seja nas famílias, seja na vida social (CAVALCANTE; MINAYO, 2015, p. 1664).

Destarte, os autores enfatizam que as principais estratégias de prevenção ao suicídio entre os idosos incluem: orientar familiares, cuidadores e profissionais da saúde quanto aos fatores de risco do suicídio na velhice; aos que já apresentaram ideias ou tentativas de tirar a própria vida, iniciar o tratamento psicológico e, quando por orientação médica, medicamentoso; estar atento principalmente aos mais velhos e que apresentem maior dependência; e principalmente, fazer com que eles se sintam úteis e vivos através do desenvolvimento de atividades de lazer em família e na comunidade, baseados na integração social e na autonomia (CAVALCANTE; MINAYO, 2015; CARVALHO *et al.*, 2017).

E, em tempos de pandemia e isolamento social, as preocupações com a prevenção e o cuidado com os idosos precisam ser redobradas, com maior atenção e com sugestões de atividades, como manutenção de uma rotina de alimentação, exercícios físicos e entretenimentos e, conversas diárias com os filhos ou acompanhantes cuidadores, dando-lhes atenção para diminuir os riscos do isolamento.

Retomando a classificação do Nível de Preconceito proposto por Allport (1954), com relação à Antilocução, esta ficou mais visível na questão na qual 22,8% dos participantes concordaram que a maioria dos idosos está presa ao passado (B3). Corroborando com esse resultado, Amaro (2012, p. 5), concluiu em seu estudo que “[...] a percepção social das pessoas mais velhas consiste tradicionalmente numa imagem negativa”.

Finalizando a classificação do Nível de Preconceito proposto por Allport (1954), o Evitamento ficou mais evidente quando 39,1% dos participantes concordaram que os complexos esportivos deveriam ter sempre locais separados para que os idosos joguem entre si, em seu nível (B24). Tal dado se refere ao fato de que os mais jovens possuem o estereótipo de que o idoso deve/opta manter contato apenas com pessoas de seu mesmo grupo etário. Isto ficou explícito quando também questionados se a maioria dos idosos fica mais feliz quando

está com pessoas de sua idade (B5), onde 23,7% afirmaram que concordam e 4,6%, que concordam totalmente.

Outras questões que também corroboram nesta constatação, quando também indagados se a maioria dos idosos não se interessa em fazer novos amigos, preferindo o círculo de amigos que já tem por anos (B2), 19,1% responderam que concordam, 2% que concordam totalmente e 18% ficaram em dúvida; e, ainda, 8,6% concordaram que “pessoalmente, eu não gostaria de passar muito tempo com um idoso” (B23).

Entretanto, na questão que afirmava que idosos deveriam apenas arranjar amigos de sua faixa etária (B15), 97,8% discordaram ou discordaram totalmente, 1,8% ficaram em dúvida e apenas 0,4% concordaram totalmente. Isto demonstra claramente uma tentativa de mascarar o ageísmo, uma vez que quando questionados de forma indireta acerca da inserção dos idosos nos círculos sociais, os participantes acabaram referindo, mesmo que de forma velada, que o local do idoso é com seus pares, porém, quando questionados de forma direta, estes mesmos participantes quase que unanimemente discordaram que os idosos deveriam buscar fazer novos amigos somente entre sua faixa etária.

Nisto, podemos descrever diversos outros resultados de nossa pesquisa que evidenciaram a presença de ageísmo entre os participantes, tais como 13,2% concordaram que a maioria dos idosos é mesquinha e gosta de acumular dinheiro e posses (B1); 10,2% concordaram que os idosos reclamam mais de tudo do que os jovens (B8); 7,6% concordaram que a maioria dos idosos pode ser irritante por contar as mesmas histórias várias vezes (B7); 3,5% concordaram e 17,3% ficaram na dúvida se a maioria dos idosos não tem boa higiene pessoal (B6); e, 1% concordam e 7% ficaram na dúvida se prefeririam não viver com um idoso (B28).

Por outro lado, nas questões da Escala Fraboni de Idadismo que buscavam evidenciar as atitudes positivas em relação ao envelhecimento, os participantes responderam que concordam ou concordam totalmente com tais atitudes, em 93,6% das vezes que foram questionados se é triste ouvir sobre a situação de exclusão de muitos idosos em nossa sociedade (B20); 90,9% que os idosos podem ser muito criativos (B27); 88,7% que a companhia da maioria dos idosos é bastante agradável (B19); 87,2% que a maioria dos idosos são pessoas muito interessantes (B22); e, apenas 80,6% que os idosos devem ser incentivados a ter opinião política (B21).

Outro resultado que demonstra, tanto a heterogeneidade da amostra em questão, quanto o desconhecimento da discrepância entre as classes sociais, se refere ao fato de que

25% não discordam de que os idosos não precisam de muito dinheiro para suprir suas necessidades (B29).

De acordo com Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), em uma pesquisa realizada no ano de 2018, os idosos são as pessoas de referência ou os chefes de família de 19,3% dos domicílios brasileiros.

Nesta direção, Agostinho e Máximo (2006), afirmam que o risco de os idosos entrarem/permanecerem na pobreza é elevado, tendo em vista que considerar a pobreza somente a partir de medidas de renda, pode acabar por não refletir com veracidade a situação dos idosos, sendo necessária a consideração de demais variáveis, tais como apoio e convivência familiar, condições de saúde e moradia.

Além disso, os autores enfatizam que, mais importante do que apenas mensurar o volume da renda, é crucial conhecer qual a sua fonte, sendo esta proveniente de pensão ou aposentadoria, gerada a partir do próprio trabalho do idoso ou mesmo, se o idoso não possua nenhuma fonte de renda, ainda é necessário enfatizar se o mesmo possui suporte familiar ou não (AGOSTINHO; MÁXIMO, 2006).

7.2.4 Escala sobre Ageísmo no Contexto Organizacional – EACO

O ageísmo pode se manifestar de diferentes formas e em diferentes momentos e lugares. Quando este ocorre em uma organização, é denominado de ageísmo organizacional, conceituado como este sendo “um conjunto de atitudes negativas ou positivas frente ao envelhecimento, valorizando ou desvalorizando a força de trabalho dos mais velhos, favorecendo ou desfavorecendo a sua inclusão/exclusão e permanência” (FRANÇA *et al.* 2017, p. 766).

Em nosso estudo, através da aplicação da EACO, podemos identificar a presença de ageísmo organizacional dentre os acadêmicos, principalmente quando questionados se o envelhecimento afeta a produtividade nos estudos (C11), 47,1% destes afirmaram concordar totalmente.

Tais dados são de grande relevância, pois além de corroborar com a hipótese de nosso estudo, são apontados como sendo uma das principais causas embrionárias do ageísmo: o desconhecimento acerca do processo de envelhecimento, que também pôde ser encontrado no estudo de Soares (2014), o qual refere que o ageísmo é um tipo de discriminação enraizada culturalmente e aprendida desde a infância, graças à ausência de conhecimentos acerca do

envelhecimento, o que acaba promovendo a criação de mitos, crenças e estereótipos acerca da pessoa idosa.

Entretanto, graças ao aumento da expectativa de vida, cada vez mais o idoso ocupa lugares na sociedade nos quais não possuía tanta representatividade, o que acaba desencadeando disputas por posições sociais, recursos e materiais, ocasionando, por sua vez, inúmeras situações de competições e embates com a geração mais jovem. Logo, quanto maior for o contato entre essas diferentes gerações, maiores e mais frequentes serão os episódios de conflito e as atitudes negativas direcionadas aos idosos, oriundas desse preconceito (VIEIRA, 2018).

Para Fiske (1999), a idade, a raça e o sexo, constituem as três principais categorias ao se elaborar a percepção de um ser humano. Portanto, este é um ponto de fundamental importância a ser considerado no momento de estabelecermos relação com outro indivíduo, na forma como o percebemos, o abordamos e o tratamos. Destarte, o convívio intergeracional, estimulado desde a infância, é o principal fator que resultará na diminuição dos estereótipos e das atitudes negativas frente ao envelhecimento (VIEIRA, 2018; FRANÇA *et al.*, 2017).

Outro resultado que merece especial atenção, é que 56,9% dos participantes assinalaram concordar totalmente que estudantes mais jovens compreendem e dominam melhor as tecnologias do que os mais velhos (C14).

Este dado corrobora com os estudos que serviram de base para nossas reflexões, os quais apontaram que uma das principais barreiras de entrada de estudantes idosos na universidade, é o desconhecimento e/ou a inabilidade em operar aparelhos tecnológicos, seja o celular, o *tablet* ou o computador (SILVEIRA *et al.*, 2010; ARENS; MORAES, 2018).

Isto porque a tecnologia evolui de maneira acelerada, sendo difícil acompanhá-la em ritmo igual, até mesmo para os mais jovens e já nascidos nesta geração digital. Silveira *et al.* (2010), afirmam que as manifestações fisiológicas do envelhecimento, influenciam de forma direta nas habilidades motoras e psíquicas necessárias para se fazer uso dos dispositivos tecnológicos.

Segundo Arens e Moraes (2018), atualmente é imprescindível o acesso à informática e aos meios de comunicação, quer sejam para fins acadêmicos, de trabalho, comunicação e socialização. Desta forma, se o idoso não for capaz de utilizar tais dispositivos, este não estará devidamente incluído no âmbito acadêmico, uma vez que a inclusão:

[...] é um processo a partir do qual uma pessoa ou grupo de pessoas passa a participar de usos e costumes de outro grupo e ter os mesmos direitos e deveres daqueles; a inclusão digital é vista como uma forma de inclusão social, porque por

meio das tecnologias de informação e comunicação é possível a participação na sociedade através de outras vias de acesso e pelo desenvolvimento social, cognitivo e afetivo que podem promover nos sujeitos (SILVEIRA *et al.*, 2010, p. 07).

Para vencer tais adversidade, a UNICRUZ institui o Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor – NAEP, o qual é um setor integrante da Pró-Reitoria de Graduação que oferece suporte psicopedagógico e pedagógico aos estudantes e aos professores da UNICRUZ, visando promover a permanência e o sucesso acadêmico do discente, através do acompanhamento, orientação e intervenção nas áreas da Psicopedagogia e Pedagogia, sendo esta uma das principais da formas de enfrentamento UNICRUZ buscando vencer o ageísmo.

Além disso, em relação a situação da necessidade de inclusão dos idosos às tecnologias a UNICRUZ, juntamente com o GIEEH e em projeto conveniado com o Curso de Ciência da Computação, oferece semestralmente Oficinas de Inclusão Digital aos idosos e, atualmente está realizando uma pesquisa intitulada *Avaliação de Competências Digitais em Idosos* com o objetivo de levantar as competências digitais apresentadas pelos idosos que frequentam a UNATI, a partir da classificação do MCDMSênior – Modelo de Competências Digitais para M-Learning, desenvolvido por Machado (2018) e coordenado pela orientadora dessa dissertação.

Palmore (1999), identificou oito crenças positivas relacionadas ao envelhecimento, que dizem respeito a gentileza, sabedoria, confiabilidade, afluência, poder político, liberdade, juventude prolongada e felicidade.

Essas crenças e estereótipos positivos em relação ao idoso e ao envelhecimento como um todo, podem ser percebidas na Tabela 7, quando apresentamos os resultados da dimensão positiva da EACO, destacamos que 57,4% dos participantes afirmaram concordar totalmente que estudantes mais velhos são mais capazes de lidar com as pressões e prazos acadêmicos (C10). 57% dos participantes também concordaram, que estudantes mais velhos tendem a dialogar mais com os professores e/ou colaboradores do que os mais jovens (C13), e que estudantes mais velhos têm mais conhecimento dos conteúdos das aulas de um modo geral (C9).

Além disso, 54,9% dos participantes concordaram totalmente quando questionados se os estudantes mais velhos são mais comprometidos com os estudos do que os mais jovens (C8); 53,8% que os estudantes mais velhos têm mais habilidade para resolver problemas do que os mais jovens (C12); e apenas 51,7% estudantes mais velhos são mais persistentes do que os mais jovens (C6).

Ou seja, apesar de o resultado da dimensão positiva em relação ao envelhecimento organizacional se mostrar sempre com resultados cuja média apontava para resultados positivos, os que referiram em concordar totalmente com as afirmações acima descritas, quase empataram com o percentual dos que afirmaram discordar. Atribuímos tal resultado, principalmente, ao fato de que a escala possuía apenas duas respostas, opostas uma à outra e cuja escolha implicaria diretamente em (re)velar seu ponto de vista ou opinião, não abrindo margem para dúvida ou, até mesmo, tentativa de mascarar seu preconceito.

Isto, voltou a se repetir também na dimensão negativa da EACO, cujos resultados foram descritos na Tabela 6, sobretudo quando indagados se os estudantes mais jovens são mais produtivos do que os mais velhos, concordaram totalmente 51,1% dos participantes; e, também, quando questionados se os estudantes mais jovens costumam ter maior capacidade de concentração, 52% refeririam discordar totalmente.

Portanto, as questões que apresentaram maior diferença entre os índices de concordo totalmente ou discordo totalmente, foram a C3 (estudantes mais velhos costumam faltar mais as aulas), que resultou em 63,1% de participantes que referiram discordar totalmente dessa afirmação e, que os estudantes mais velhos levam mais tempo para realizar atividades no ambiente acadêmico (C1), onde os que discordaram totalmente atingiram a média de 67,8%.

Assim, Vieira (2018), compreende que as concepções concedidas acerca das faixas etárias, as quais são adquiridas logo na infância, são as principais causas da formação de estereótipos e até mesmo de preconceitos direcionados aos idosos, o que acabam gerando as atitudes negativas ageistas.

Percebeu-se no estudo, que apesar das atitudes positivas direcionadas ao idoso no âmbito acadêmico, também foram identificadas, em maior relevância, as atitudes negativas. Atribuímos este fato, principalmente ao que é referido por Pereira, Ponte e Costa (2018), os quais afirmam que quanto menor o contato diário com os idosos, maiores e mais frequentes serão as atitudes preconceituosas e discriminatórias frente ao envelhecimento.

Luna (2010), ainda complementa que, o próprio idoso constitui sua identidade enquanto idoso, a partir da representação e da percepção de que o mesmo possui acerca da velhice, ou seja, ocorre uma interiorização dos estereótipos acerca do envelhecimento, adquiridos desde a infância pelo próprio indivíduo que, se não ocorrer uma quebra neste ciclo, resultará em um autoageísmo, ou seja, o próprio indivíduo possuirá preconceito contra sua velhice, resultando em tristeza, solidão, isolamento e, até mesmo, depressão.

Corroborando com essa afirmação, Soares (2014), concluiu em seu estudo que, este papel passivo que o idoso assume na sociedade, contribui significativamente para o

desenvolvimento de sintomas e doenças, tanto físicas, quanto psicológicas. O autor ainda elenca as principais respostas do idoso frente à discriminação social:

- Aceitação, que se traduz pela apatia, afastamento voluntário;
- Negação, quando a pessoa idosa tenta parecer mais jovem;
- Evitamento, que favorece o isolamento, consumo de substâncias, manifestação de doenças mentais e, em casos graves, o suicídio;
- Reforma, que em contraste com o evitamento e a negação, reconhece o preconceito e procura eliminá-lo com recurso a atividades que contrariam os estereótipos. Segundo o autor esta é a resposta mais positiva que a pessoa idosa pode ter (SOARES, 2014, p. 12-13).

Portanto, há a necessidade cada vez mais de as organizações, no caso deste estudo a universidade, desenvolver ações e estratégias para amenizar ou até mesmo extinguir atitudes preconceituosas e discriminatórias relacionadas aos idosos.

Destarte, consideramos a universidade como um espaço aberto, capaz de acolher aos sujeitos de todas as idades, crenças, condições socioeconômicas, culturas e demais individualidades que tornam cada sujeito único no mundo. Isto porque,

as universidades emergem da necessidade de reverter o quadro do envelhecimento populacional como sendo apenas uma “espera da morte chegar”. Muito ao contrário, a criação desses espaços devolve vida aos velhos, valoriza-os, contribui para que compartilhem seus sonhos, suas ideias, para que retomem a prática e projetos de vida, retornando a terem sua posição na família e no convívio social. Tais espaços fundamentam-se na concepção de educação permanente e autorrealização. Estruturam-se com abordagens multidisciplinares, prioriza o processo de valorização humana e social, analisa a problemática do idoso em diversos aspectos: biopsicológico, político, espiritual, religioso, econômico, sociocultural e filosófico (VICTOR *et al.*, 2019, p. 18).

Ainda, Nelson (2015), refere que a principal causa da origem e permanência das práticas do ageismo institucionalizado, é o fato de que o próprio ageismo é uma prática amplamente aceita em nossa sociedade, conforme já discutido anteriormente por outros autores, está enraizado em nossa cultura.

Essas práticas de preconceito e discriminação estão fortemente enraizadas em nossa cultura e se referem a ausência de uma justiça social baseada em reconhecimento. Assim, diante dessas constatações de preconceito etário, podemos fazer analogias com outras situações que se referem a preconceitos e discriminação por raça e gênero, por exemplo. conforme coloca Fraser (2007, p. 102):

Na academia, para continuar com o feminismo, acadêmica(o)s que entendem gênero como uma relação social mantêm uma difícil coexistência com aquela(e)s que o constroem como uma identidade ou um código cultural. Essa situação exemplifica

um fenômeno mais amplo: a difundida separação entre a política cultural e a política social, a política da diferença e a política da igualdade.

E, apoiados, nas reflexões de Fraser (2007), entendemos assim, a necessária ampliação de discussões sobre justiça social e reconhecimento, especialmente no ambiente acadêmico onde esse estudo se realizou, visando a necessária busca por uma cultura da paz e a convivência pacífica e respeitosa entre todos os diferentes, seja por gênero, raça, religião ou idade.

8 CAPÍTULO VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do desenvolvimento desta pesquisa, uma significativa quantidade de dados pôde ser obtida, devido ao tamanho da amostra (712 discentes). Estes, irão compor um banco de dados que ficará disponível junto ao GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano do PPGPSDS, para o desenvolvimento de futuros estudos, bem como integrar o resultado final do projeto guarda-chuva, a que esta dissertação está vinculada. Reiteramos, que diversos outros estudos poderão ser realizados futuramente, dada a heterogeneidade da amostra componente.

Podemos perceber que nossa hipótese foi corroborada, que há sim o preconceito contra os idosos na universidade, mesmo que este se apresente, na maioria das vezes, de forma sutil e silenciosa, perceptível apenas em olhares maldosos ou piadas sem graça direcionadas ao público mais velho.

Observamos ainda, que há definitivamente um imaginário ambivalente acerca do idoso, construído sobre os estereótipos adquiridos ao longo da vida, desde a infância, os quais são, na maioria das vezes, pseudopositivos, ou seja, a mesma visão de um idoso frágil, que merece cuidado e respeito, revela também, o estereótipo de que este é fraco, doente e incapaz.

Para que ocorra a diminuição das atitudes negativas direcionadas ao idoso, do ageísmo organizacional e, o mais importante, para que o idoso se sinta cada vez mais incluído na sociedade e no âmbito universitário, sugerimos o desenvolvimento de atividades em conjunto com os cursos de graduação da UNICRUZ, buscando realizar palestras, oficinas, cine-debates, entre diversas outras atividades que venham contribuir para que a intergeracionalidade se torne uma realidade no âmbito da Universidade de Cruz Alta, para que o idoso venha a ocupar cada vez mais os espaços que lhe são garantidos por direitos e que, principalmente, a sociedade venha reconhecê-lo como parte cada vez mais fundamental e indispensável de sua composição.

Para que tais objetivos sejam alcançados, é necessário o empenho de todos os participantes da sociedade, sobretudo dos mais jovens. Como contribuição, propomos a criação de uma cartilha (um guia), a ser desenvolvido pelo LEPSI e pelo LDH, ligados ao PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ, que trate acerca dos

direitos da pessoa idosa, da convivência pacífica entre as diferentes gerações, resultando assim, no desenvolvimento de uma cultura da paz no âmbito universitário e, estendendo-se à toda a sociedade.

Ainda, deixamos como sugestão para a continuidade dos nossos estudos um aprofundamento nos estudos sobre justiça social e reconhecimento, o qual reconhecemos serem pertinentes aos propósitos da linha de pesquisa do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, bem como aos objetivos e propósitos do GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mary Garcia Castro e Miriam. **Ser jovem hoje, no Brasil: desafios e possibilidades**. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

AGOSTINHO, Cíntia Simões; MÁXIMO, Geovane da Conceição. Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG: 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1639/1602>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

ALLPORT, Gordon. *The nature of prejudice*. Garden City, New York, Doubleday Anchor Books, 1954.

ALMEIDA, Simone Aparecida Pinheiro de; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A educação para e na terceira idade construindo na diversidade: uma inclusão necessária. Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. In: **Anais do XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 23 a 26 set. 2013. Curitiba/PR: PUC/PR, 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7798_4486.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

AMARO, Rute. **Avaliação da discriminação social de pessoas idosas na sub-região Cova da Beira**. Dissertação de Mestrado, 46 p., 2012. Ciências Sociais e Humanas. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2012. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2678/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Rute_Amaro.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ARENS, Alexandre; MORAES, Márcia Cristina. Inclusão Digital na Terceira Idade: um relato de experiência realizado no Sinttel/RS. Seminário Nacional de Inclusão Digital, 3. In: **Anais do 3º Seminário Nacional de Inclusão Digital**. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8997662-Inclusao-digital-na-terceira-idade-um-relato-de-experiencia-realizado-no-sinttel-rs.html>>. Acesso em 20 dez. 2019.

ARIFA, Bethânia Itagiba Aguiar. O conceito e o discurso dos direitos humanos: realidade ou retórica? **Boletim Científico ESMPU**, Brasília-DF, p. 145-173, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-51-janeiro-junho-2018/o-conceito-e-o-discurso-dos-direitos-humanos-realidade-ou-retorica/at_download/file>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Cruz Alta/RS**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cruz-alta_rs>. Acesso em: 16 ago. 2019.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Três gerações femininas em famílias de camadas médias. In: VELHO, G.; DUARTE, L.F.D. **Gerações, família, sexualidade**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2009. p. 46-62.

BAQUERO, Marcelo. **A Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BOGDAN, Robert; BIKLEIN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto/Portugal: Porto Editora, 2002.

BORGES, Gabriela Mendes; CAMPOS, Marden Barbosa de; SILVA, Luciano Gonçalves de Castro e. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antonio de Ponte (Org). **Mudança Demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, p. 138 – 151. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BRAGA, Pérola Melissa. **Direitos do Idoso**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Código de Trânsito Brasileiro**. Instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - 7ª edição - Brasília: DENATRAN, 2019. 232 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18141/codigo_transito_7ed.pdf?sequence=17>. Acesso em: 01 maio 2020.

_____. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Brasília, DF: 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRÜGGEMANN, Odália; PARPINELLI, Mary. Utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento. **Revista Escola Enfermagem da USP**, São Paulo, n. 42, p. 563-568, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a20>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BUTLER, Robert Neil. *Age-ism: Another Form of Bigotry*. **The Gerontologist**. 9 (4, Part 1): 243–6, 1969.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235, jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n1/14.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CARVALHO, Igho Leonardo do Nascimento *et al.* A intoxicação por psicofármacos com motivação suicida: uma caracterização em idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 134-142, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbagg/v20n1/pt_1809-9823-rbagg-20-01-00129.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves, MINAYO, Maria Cecília de Souza. Estudo qualitativo sobre tentativas e ideações suicidas com 60 pessoas idosas brasileiras. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 20, p. 1655-1666, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n6/1413-8123-csc-20-06-1655.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2020.

CHERRY, Katie; PALMORE, Erdman. *Relating to older people evaluation (ROPE): A measure of self-reported ageism*. **Educational Gerontology**, v. 34, n.10, p. 849-861, 2008. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03601270802042099>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

CIELO, Patrícia Fortes Lopes Donzele; VAZ, Elizabete Ribeiro de Carvalho. A Legislação Brasileira e o Idoso. **Revista CEPPG**, Catalão-Goiás, n.21, fev. 2009. Disponível em: <http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/d69c5c83201f5bfe256b30a1bd46cec4.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

COUTO, Maria Clara P. de Paula *et al.* Avaliação de Discriminação contra Idosos em Contexto Brasileiro – Ageismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília-DF, v. 25, n. 4, p. 509-518, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a06v25n4.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CRESWELL, John; CLARK, Vicki. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre-RS: Penso, 2012.

CROCHIK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas Psicológicos**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, 1996. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a04.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CRONIN, Camille; BROOKE, Joanne. *Using the Relating to Older People Evaluation tool to measure ageism in higher education*. **Nursing Older People**, UK, 15, maio 2019. Disponível em: <<https://journals.rcni.com/nursing-older-people/evidence-and-practice/using-the-relating->

[to-older-people-evaluation-tool-to-measure-ageism-in-higher-educationnop.2019.e1127/abs](https://doi.org/10.1127/abs)>. Acesso em: 28 abr. 2020.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DETRAN, Departamento nacional de Trânsito. **Estatísticas de Trânsito – 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.detran.rs.gov.br/%20lista/797/estatisticas-de-transito>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ERNST, Carina; NOVELO, Marta. O impacto do envelhecimento no ato de dirigir e os comportamentos de autorregulação em motoristas idosos. **Revista Destaques Acadêmicos**. Lajeado/RS, v. 11, n. 2, 2019. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/download/1933/1517>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**. Vitória (ES), v. 6, p. 160-173, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://sjcdh.rs.gov.br/upload/arquivos/201807/13161839-direitos-da-pessoa-idosa-desafios-a-sua-efetivacao-na-sociedade-brasileira.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

FILHO, Herbert Rubens Koch; KOCH, Luiza Foltran de Azevedo; MARINO, Faria Nogueira Koch et al. Envelhecimento humano e ancianismo: revisão. **Revista Clínica de Pesquisa em Odontologia**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 155-60, 2010. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/AOR?ddl=3645&ddd99=pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

FISKE, Susan. T. *Stereotyping, prejudice and discrimination*. In: GILBERT, D. T.; FISKE, S. T.; LINDZEY, G. (Eds.). **Handbook of Social Psychology** New York: McGraw-Hill, 1999. p. 357-411. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Susan_Fiske/publication/232584255_Stereotyping_prejudice_and_discrimination/links/548b3b760cf214269f1dd2de/Stereotyping-prejudice-and-discrimination.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p.17-27, jan. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2020.

FRABONI, Maryann; SALTSTONE, Robert; HUGHES, Susan. *The Fraboni Scale of Ageism (FSA): An attempt at a more precise measure of ageism*. **Canadian Journal on Aging**, n. 9, 56-66, 1990. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/record/1990-24218-001>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FRANÇA, Lúcia Helena de Freitas Pinho *et al.* Ageismo no contexto organizacional: a percepção de trabalhadores brasileiros. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.20, n.6, p. 765-777, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v20n6/pt_1809-9823-rbgg-20-06-00762.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem Ética? **Lua Nova**, São Paulo, v.70, p. 101-138, 2007

GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. **Adesão ao Fascismo e Preconceito contra Negros: um estudo com universitários na cidade de São Paulo**. 2007. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social – PUC São Paulo). São Paulo/SP: PUC SP, 2007. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17197>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Verbetes Epistemologia. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTENSEIFER, Paulo Evaldo (Orgs.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. 3.ed. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 2014.

_____. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Sílvia Sanchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 84-107.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília-DF: Plano, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. New York: Aldine Publishing Company, 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Cruz Alta/RS**. Brasília: 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cruz-alta/panorama>>. Acesso em: 15 mar. 2020

_____. **Retratos**: a revista do IBGE. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. **Características gerais dos domicílios e dos moradores - 2017**. Brasília: 2018a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566informativo.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Brasília: 2018b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. **Censo Populacional 2010**. Brasília: 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao/populacao/2013/default.shtm>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

IBM. **Guia do Usuário do Sistema Principal do IBM SPSS Statistics 22**. On-line: 2020. Disponível em: <ftp://public.dhe.ibm.com/software/analytics/spss/documentation/statistics/24.0/pt-BR/client/Manuals/IBM_SPSS_Statistics_Core_System_User_Guide.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 217-220, 1987. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v3n3/v3n3a01.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

KOCH-FILHO, H. R. *et al.* Uma reflexão sobre o preconceito etário na saúde. **Revista Gestão & Saúde**, Brasília-DF, v. 4, n. 2, 40-48, 2012. Disponível em: <<http://www.herrero.com.br/files/revista/file854236d2c6dc82d75eab6a818b8abe27.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Envelhecimento humano e ancianismo: revisão. **Rev. Clín. Pesq. Odontol.** Curitiba, v. 6, n. 2, p. 155-60, 2010. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/AOR?dd1=3645&dd99=pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

LLOYD-SHERLOCK, Peter *et al.* *A global expert group on older people might be useful.* **BMJOpen**, n. 368, mar. 2020. Artigo traduzido por SOUZA, Luiz Eugênio de Souza e publicado na página da ABRASCO. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniao/artigo-suportando-o-peso-da-covid-19-idosos-em-paises-de-baixa-e-media-renda/45740/>>. Acesso em: 29 maio 2020.

LUNA, Verônica Figueiredo Rêgo. Juventude, velhice e preconceito na perspectiva das representações sociais. In: LUNA, Verônica Figueiredo Rêgo; NASCIMENTO, Zaeth Aguiar (Org.). **Desafios da psicologia contemporânea**. João Pessoa: Editora UFPB, 2010. p. 49-62.

MARQUES, Ana Patrícia de Sousa. **A discriminação na velhice – a infantilização da pessoa idosa**. Dissertação de Mestrado, 216 p., 2016. Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: Universidade De Humanidades Tecnologia, 2016. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7653/Disserta%c3%a7%c3%a3o_EntregaFinal.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MCINTOSH, Kenneth; HIRSCH, Martin S.; BLOOM, Allyson. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19)**. Publicado no site: *UpToDate*, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.uptodate.com/contents/coronavirus-disease-2019-covid-19-epidemiology-virology-clinical-features-diagnosis-and-prevention>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

MEDRI, Waldir. **Análise Exploratória de Dados**. Londrina-PR, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/estatisticaquantitativa/textos_didaticos/especializacao_estadistica.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em Pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: 2017, v. 5, n. 7, p. 01-12. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82/59>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.

_____. **Brasil: manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. É possível prevenir. É necessário superar. Brasília-DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <<http://www.cedi.pr.gov.br/arquivos/File/CEDI/ManualViolenciaIdosogovfedweb.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2020.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 19, p.507-519, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v19n3/pt_1809-9823-rbagg-19-03-00507.pdf>. Acesso em 16 ago. 2019.

MOREIRA, Aline Hack. A identidade social do idoso e as relações de trabalho: a realidade por trás das salvaguardas legais. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n.2, p. 91-107, mar. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/13108>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOTTA, Luciana Branco da. Repercussões Médicas do Envelhecimento. In: VERAS, Renato (Org.). **Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição**. Rio de Janeiro: CRDE/UnATI/UERJ, 1999.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 25, n. 2,p.225-250, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/05.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

NELSON, Todd. Ageism. In: _____. **Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination**. 2. ed. California: Psychology Press, 2015. p. 337-349.

NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, Sueli Aparecida. **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas-SP: Alínea, 2005.

_____. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação perseu Abramo/SESC, 2007.

NETO, Félix. Idadismo. In: LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; PEREIRA, Marcos Emanuel(Orgs.). **Estereótipos, preconceito e discriminação: perspectivas teóricas e empíricas** (p. 279-300). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília-DF, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932015000401106&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 dez. 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Sofia Pinto. **Atitudes sexuais e idadismo na terceira idade**. Dissertação de Mestrado, 65 p., 2012. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto, Porto: Portugal, 2012. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67964/2/30304.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

OLIVEIRA, Marta Olivia Rovedder de *et al.* Análise da qualidade dos artigos científicos da Área de Marketing publicados no Brasil: as Pesquisas *Survey* na década de 2000. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 54-87, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/read/v23n1/1413-2311-read-23-1-0054.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**, 2015. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

_____. **Plano de Ação Internacional contra o Envelhecimento**. Madri: Espanha, 2002. Disponível em: <<http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/manual/5.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde. **Adolescência e Juventude**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?view=category&catid=2&option=com_joomgallery&Itemid=612>. Acesso em: 13 fev. 2020.

PALMORE, Erdman Ballagh. **Ageism: Negative and positive**. New York: Springer, 1999.

PAPALÉO NETTO, Matheus. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia. (Orgs). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Cap. 1, p. 1-13.

PAÚL, Constança. Estereótipos sobre os idosos. **Cidade Solidária**. Lisboa: Portugal. Climepsi Editores, 2000.

PEREIRA, Diane; PONTE, Filomena; COSTA, Eleonora. Preditores das atitudes negativas face ao envelhecimento e face à sexualidade na terceira idade. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 36, n. 1, p. 31-46, mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312018000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 dez. 2019.

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Censo de Educação Superior de 2017**. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/sete-mbro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

RABELO, Dóris Firmino; NERI, Anita Liberalesso. A Complexidade Emocional dos Relacionamentos Intergeracionais e a Saúde Mental dos Idosos. **Pensando Famílias**, n. 18, v. 1, p. 138-153, jun. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a12.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; MEIRA, Anita Monik Teixeira; MONTINHO, Cleidemar Ramos. História de vida de idosos no ensino superior: percursos inesperados de longevidade escolar. **Revista Exitus**. Santarém/PA, Vol. 8, n° 3, p. 340-369, 2018. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/649>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RODRIGUES, M. I. S. Atividades Intergeneracionais: o impacto das atividades intergeracionais no desempenho cognitivo dos idosos. In: Ciclo de Estudos em Gerontologia Social Aplicada. **Anais do II Ciclo de Estudos em Gerontologia Social Aplicada**. Braga, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/1040%200.14/13657/3/Tese_Intergeneracionalidade.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2018.

ROSA, Aruanã Emiliano Martins Pinheiro. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a liberdade de orientação sexual: interpretação do caso brasileiro. In: I Seminário Internacional de Ciência Política: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, set. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/1.-ROSA-Aruan%C3%A3-Emiliano-Martins-Pinheiro-A-Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos-de-1948-e-a-liberdade-de-orienta%C3%A7%C3%A3o-sexual-interpreta%C3%A7%C3%A3o-do-caso-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

SANTOS, Agnes Regina Silva dos; LAURENTINO, Maria Cecília da Silva. Infantilização como Forma de Violência Sob o Idoso. **Revista Psicologado(online)**, 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/infantilizacao-como-forma-de-violencia-sob-o-idoso>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SANTOS, Gomes de Melo *et al.* Suicídio entre idosos no Brasil: uma revisão de literatura dos últimos 10 anos. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**. V. 9, p. 258-282, maio – out. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/pcs/v9n1/1688-7026-pcs-9-01-205.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2020.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Idoso: um novo ator social. IX AMPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul/RS, 2012. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1886/73>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil das Cidades Gaúchas – Cruz Alta/RS**. Porto Alegre: 2019. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Cruz_Alta.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SILVEIRA, Michele Marinho da *et al.* Educação e inclusão digital para idosos. **RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, jul.2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/15210/9523>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SIQUEIRA-BRITO, Andreia da Rocha; FRANÇA, Lucia Helena Freitas Pinho; VALENTINI, Felipe. Análise fatorial confirmatória da Escala de Ageísmo no Contexto Organizacional. **Avaliação Psicológica**, Campinas-SP, v. 15, n.3, p. 333-345, 2016.

SMELTZER; Suzanne; BARE, Brenda. In: Brunner; Suddarth (Orgs). **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

SOARES, Joana Sofia Mesquita. **Crenças baseadas na idade em profissionais de saúde**. Dissertação de Mestrado, 46 p., 2014. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto, 2014. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/11f4/f36d5eb5d8d5f1aa825ee069d49d2f5f1fa7.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

SODRÉ DA SILVA, Roselani; RABASSA DA SILVA, Vini. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Cafajeste-CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/13.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SOUSA, Ana Maria Viola de. **Tutela jurídica do idoso: a assistência e a convivência familiar**. São Paulo: Alínea, 2011.

SOUTO, Bernardino Geraldo Alves; KORKISCHKO, Nádia. Validação de pesquisa qualitativa por meio de descrição quantitativa da amostra. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte/MG, v. 22, n.1, p. 31-38, 2012. Disponível em: <<http://rmmg.org/exportar-pdf/123/v22n1a06.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2020.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 49, p. 45-50, 1984. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1426/1424>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

TORRES, Diego Marinho. Deficiência na terceira idade: uma reflexão sobre sua realidade e seus desafios. **Estudos sobre Envelhecimento**. V. 29. N. 71, Ago 2018. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/0ea96050/f4fa/449d/a657/a68691b073db.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

UNICRUZ, Universidade de Cruz Alta. **Plano De Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2018. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2019/03/PDI_2018_2022.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

_____. **Distribuição do número de alunos por curso em 2019**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2019.

VICTOR, Paola Lazzaret *et al.* Velhices: um novo desafio para universidade contemporânea: o caso da UMA/UFT. **Revista Humanidades e Inovação**, Brasília, v.6, n.11, p.9-22, 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1568>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

VIEIRA, Rodrigo de Sena e Silva. **Idadismo: a influência de subtipos nas atitudes sobre os idosos**. Tese de Doutorado, 173 p. 2018. Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Bahia: Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28506/3/Tese_Vieira_JAN19.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

ANEXOS

**ANEXO A - Escala ROPE (*Relating to Older People Evaluation*) –
Escala de Relação com Pessoa Idosa**

Marque um X na opção que indica a frequência com que você se relaciona com pessoas idosas (60 anos ou mais) da seguinte forma	N	R	F
Elogiar pessoas idosas por sua boa aparência, apesar de suas idades	()	()	()
Enviar mensagens de aniversário para pessoas idosas com piadas sobre suas idades	()	()	()
Gostar de conversar com pessoa idosas devido a sua idade	()	()	()
Contar a pessoas idosas piadas sobre velhice	()	()	()
Segurar portas abertas para pessoas idosas por conta de suas idades	()	()	()
Dizer para uma pessoa idosa: “Você está velho(a) demais para isto”	()	()	()
Oferecer-se para ajudar uma pessoa idosa a atravessar a rua	()	()	()
Quando descubro a idade de uma pessoa idosa digo “Você não aparenta ter tudo isto?”	()	()	()
Pedir conselho a um idoso por conta de sua idade	()	()	()
Quando uma pessoa idosa tem uma doença digo: “Isso é normal na sua idade”	()	()	()
Quando uma pessoa idosa não consegue lembrar de algo digo: “Olha a idade chegando”	()	()	()
Falar alto ou devagar com pessoas idosas por conta de suas idades	()	()	()
Usar vocabulário simples ao conversar com pessoas idosas	()	()	()
Votar em uma pessoa idosa por conta de sua idade	()	()	()
Não votar em uma pessoa idosa por conta de sua idade	()	()	()
Evitar contato com pessoas idosas	()	()	()
Chamar idosos(as) de mal humorados(as)	()	()	()
Quando há um motorista lento em minha frente penso: “Deve ser um idoso”	()	()	()
Chamar uma mulher idosa de “jovem senhora” ou chamar um homem de “jovem senhor”	()	()	()

Fonte: Cherry e Palmore (2008).

Legenda: Nunca (pontuação 0); Raramente (pontuação 1); e, Frequentemente (pontuação 2).

ANEXO B – Escala Fraboni de Idadismo

Leia as frases a seguir e MARQUE UM X de acordo com seu grau de concordância	Discordo totalmente	Discordo	Estou em dúvida	Concordo	Concordo Totalmente
A maioria dos idosos é mesquinha e gosta de acumular dinheiro e posses					
A maioria dos idosos não se interessa em fazer novos amigos, preferindo o círculo de amigos que já tem por anos					
A maioria dos idosos está presa ao passado					
A maioria dos idosos não é confiável para tomar conta de crianças					
A maioria dos idosos fica mais feliz quando está com pessoas de sua idade					
A maioria dos idosos não tem boa higiene pessoal					
A maioria dos idosos pode ser irritante por contar as mesmas histórias várias vezes					
Os idosos reclamam mais de tudo do que os jovens					
Eu preferiria não ir a uma festa voltada à idosos se fosse convidada					
O suicídio de jovens é mais trágico que o suicídio de idosos					
Às vezes eu evito contato visual com idosos quando os vejo					
Sinto-me incomodado quando idosos tentam puxar conversa comigo					
Não dá para esperar conversas interessantes com a maioria dos idosos					
Provavelmente é comum sentir-se deprimido quando está em companhia de idosos					
Os idosos deveriam apenas arranjar amigos de sua faixa etária					
Idosos não deveriam sentir-se bem-vindos em confraternização de jovens					
Os idosos não precisam participar das atividades esportivas oferecidas na cidade					
É melhor que os idosos vivam onde não irão incomodar ninguém					
A companhia da maioria dos idosos é bastante agradável					
É triste ouvir sobre a situação de exclusão de muitos idosos em nossa sociedade					
Idosos devem ser incentivados a ter opinião política					
A maioria dos idosos são pessoas muito interessantes					
Pessoalmente, eu não gostaria de passar muito tempo com um idoso					
Complexos esportivos deveriam ter sempre locais separados para que os idosos joguem entre si, em seu nível					
Idosos merecem os mesmos direitos e liberdades concedidos aos outros membros de nossa sociedade					
A maioria dos idosos deveria ser impedida de renovar suas carteiras de motorista					
Idosos podem ser muito criativos					
Eu preferiria não viver com um idoso					
Idosos não precisam de muito dinheiro para suprir suas necessidades					

Fonte: Fraboni, Salstone e Hughes (1990).

ANEXO C - EACO
Escala sobre Ageismo no Contexto Organizacional

	LEGENDA: 1 - DT (Discordo totalmente); 2 - CT (Concordo totalmente)	DT	CT
1	Estudantes mais velhos levam mais tempo para realizar atividades no ambiente acadêmico	1	2
2	Estudantes mais velhos costumam adoecer com mais facilidade	1	2
3	Estudantes mais velhos costumam faltar mais as aulas	1	2
4	Estudantes mais jovens costumam ter maior capacidade de concentração	1	2
5	Os estudantes mais velhos tendem a esquecer novas tarefas	1	2
6	Estudantes mais velhos são mais persistentes do que os mais jovens	1	2
7	Estudantes mais jovens são mais produtivos do que os mais velhos	1	2
8	Estudantes mais velhos são mais comprometidos com os estudos do que os mais jovens	1	2
9	De modo geral, estudantes mais velhos têm mais conhecimento dos conteúdos das aulas	1	2
10	Estudantes mais velhos são mais capazes de lidar com as pressões e prazos acadêmicos	1	2
11	O envelhecimento afeta a produtividade nos estudos	1	2
12	Estudantes mais velhos têm mais habilidade para resolver problemas do que os mais jovens	1	2
13	Estudantes mais velhos tendem a dialogar mais com os professores e/ou colaboradores do que os mais jovens	1	2
14	Estudantes mais jovens compreendem e dominam melhor as tecnologias do que os mais velhos	1	2

Fonte: Adaptado de França *et al.* (2017).

APÊNDICES

APÊNDICE A - Carta de Autorização

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, ENEDINA MARIA TEIXEIRA DA SILVA, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAL NA UNIVERSIDADE: MUDANDO ATITUDES E DIMINUINDO PRECONCEITOS ENTRE OS ACADÊMICOS”, sob responsabilidade do pesquisador Diego Paes Ehmke, acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (Mestrado Acadêmico) da Universidade de Cruz Alta, sob orientação da Prof. Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces. Para a efetivação da pesquisa, o referido pesquisador necessitará coletar dados de pesquisa na Instituição que está sob minha responsabilidade e, para isso, solicita a minha autorização. Nisto, será disponibilizado ao pesquisador o uso do espaço físico e documentos da instituição para análise, e demais documentos necessários ao longo da pesquisa. A pesquisa consistirá na aplicação de instrumentos (protocolos de entrevista) aos discentes da Instituição de Ensino Superior, a fim de verificar se há ou não preconceito etário na Universidade, além de desenvolver ações e atitudes no meio acadêmico que gerem uma cultura de paz e convivência intergeracional na Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ.

Cruz Alta, 07 de dezembro de 2018

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Enedina Maria Teixeira da Silva', is written over a horizontal line. The signature is stylized and somewhat cursive.

ENEDINA MARIA TEIXEIRA DA SILVA
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA - UNICRUZ

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Título da Pesquisa: CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAL NA UNIVERSIDADE: MUDANDO ATITUDES E DIMINUINDO PRECONCEITOS ENTRE OS ACADÊMICOS

Nome do Pesquisador: Diego Paes Ehmke

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo *desenvolver ações e atitudes no meio acadêmico que gerem uma cultura de paz e convivência intergeracional pacífica na Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ*. Ao participar deste estudo o(a) Senhor(a) permitirá que a pesquisadora obtenha dados para o seu Projeto de Pesquisa, a qual contribuirá para discutir a convivência entre gerações, mas especialmente a convivência entre jovens e idosos em ambientes acadêmicos gerando uma convivência intergeracional pacífica e uma Cultura da Paz. A sua participação no estudo se dará através de respostas as perguntas da entrevista. Os instrumentos foram escolhidos com o fim de compreender melhor a temática e não oferecem nenhum risco à sua dignidade e a sua instituição, porém algumas questões podem aflorar em você sentimentos de tristeza, frustração ou constrangimentos por parte dos pesquisados pela forma como trata os idosos ou de como os idosos sentem este preconceito. Todavia esses sentimentos serão trabalhados pela pesquisadora demonstrando ser um processo que poderá ser modificado sem provocar desequilíbrios emocionais duradouros ou maiores constrangimentos. O(A) Senhor(a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o(a) senhor(a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, respeitando-se a privacidade do(a) pesquisado(a) e da instituição em todas as fases da pesquisa, especialmente na apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa. Ao participar desta pesquisa o(a) Senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago por sua participação. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a convivência intergeracional, comportamentos e atitudes adequados para o desenvolvimento de uma cultura da paz. Posteriormente, os resultados da pesquisa serão socializados entre os participantes, por meio de oficinas e encontros promovidos em parceria com o Laboratório de Desenvolvimento Humano, do GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano e Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos e também por meio de uma Cartilha organizada para promover a convivência intergeracional, o respeito ao idoso e a Cultura da Paz. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento, de forma livre, para participar desta pesquisa. Portanto, este termo será preenchido em duas vias assinadas pela pesquisadora e por você, caso aceite participar da pesquisa e ficará com uma cópia.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa:

Nome do Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa: _____

Coordenador da Pesquisa: Diego Paes Ehmke

Nome e assinatura do Coordenador da Pesquisa: _____

Fone: (55) 3321 1500 (55) 991581018 E-mail: diegopaes.ehmke@gmail.com

Endereço: UNICRUZ Campus. Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5.6 –Parada Benito - CEP 98.005-972. Caixa Postal 838 - Cruz Alta/RS



APÊNDICE C: Termo de Confidencialidade e Sigilo de Informações

Título do projeto: CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAL NA UNIVERSIDADE: MUDANDO ATITUDES E DIMINUINDO PRECONCEITOS ENTRE OS ACADÊMICOS

Pesquisadores responsáveis: Diego Paes Ehmke (Mestrando); Prof.^a. Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces (Orientadora); e, Prof.^a Dr.^a Patricia Dall’Agnol Bianchi (Coorientadora).

Instituição: Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Curso: Mestrado Acadêmico em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

Contato: (55) 99158 1018 E-mail: diegopaes.ehmke@gmail.com

Local de coleta de dados: Acadêmicos dos cursos de graduação da UNICRUZ

Os pesquisadores do projeto de mestrado “CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAL NA UNIVERSIDADE: MUDANDO ATITUDES E DIMINUINDO PRECONCEITOS ENTRE OS ACADÊMICOS”, que tem por objetivo desenvolver ações e atitudes no meio acadêmico que gerem uma cultura de paz e convivência intergeracional pacífica na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, especialmente entre os acadêmicos dos cursos de graduação e as pessoas idosas, comprometem-se com a confidencialidade e sigilo das informações pessoais como nome e endereço dos participantes do projeto que, após preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, optaram por participar.

Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execuções referentes ao projeto e atividades científicas. As informações somente serão divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob responsabilidade dos pesquisadores pelo período de cinco anos, após, sendo destruídas.

Cruz Alta, RS ____, de _____ de 2018.

Diego Paes Ehmke
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social - UNICRUZ

Dr.^a. Solange Beatriz Billig Garces
Professora Orientadora

Dr.^a. Patrícia Dall’Agnol Bianchi
Professora Coorientadora